

2.º CICLO DE ESTUDOS
CIÊNCIAS FORENSES

Jovens Ofensores Sexuais: Ações e Distorções Cognitivas

Mónica Alexandra Oliveira Novais

M

2025



SEDE ADMINISTRATIVA

FACULDADE DE **MEDICINA**

FACULDADE DE **CIÊNCIAS**

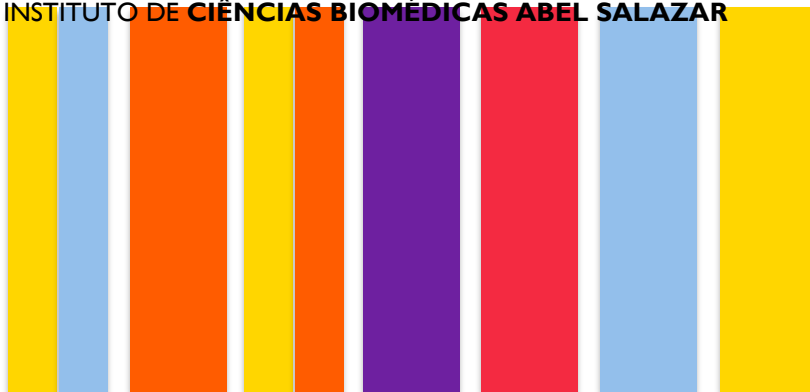
FACULDADE DE **DIREITO**

FACULDADE DE **FARMÁCIA**

FACULDADE DE **MEDICINA DENTÁRIA**

FACULDADE DE **PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

INSTITUTO DE **CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR**



Jovens Ofensores Sexuais: Ações e Distorções Cognitivas

Mónica Alexandra Oliveira Novais

Dissertação de Mestrado em Ciências Forenses

Ano: 2025

Orientador/a: Professora Doutora Celina Paula Manita Santos





Agradecimentos

À minha família, por todo o apoio constante ao longo destes anos de estudo.

À Professora Celina, pela disponibilidade, especialmente nos momentos de maior tensão.

Resumo

A delinquência sexual juvenil constitui um fenómeno complexo, com precursores e repercussões individuais, familiares e sociais, ainda pouco explorados no contexto português. O presente estudo teve como objetivo analisar as trajetórias e as características psicossociais e individuais (e.g., comportamentos, emoções, cognições, particularmente, distorções cognitivas acerca da violência ou abuso sexual) de 22 jovens ofensores sexuais, através de uma abordagem qualitativa, no contexto das *unobtrusive methodologies* (metodologias não intrusivas). Mais especificamente, os processos individuais destes jovens, incluindo decisões judiciais, relatórios sociais, policiais, médicos, de avaliação forense e de acompanhamento psicológico, foram submetidos a uma análise de conteúdo temática.

Os resultados revelaram uma interação entre fatores individuais, familiares, escolares e sociais que influenciam o desenvolvimento das trajetórias delinquentes destes jovens. As distorções cognitivas desempenharam um papel central, funcionando como mecanismos de justificação e minimização das condutas abusivas, dificultando a responsabilização pelas suas ações, limitando a compreensão do impacto dos seus atos, sobretudo o impacto nas vítimas, e, em alguns casos, ajudando a moldar trajetórias persistentes de crimes sexuais. O estudo evidenciou, ainda, a heterogeneidade das trajetórias, incluindo trajetórias de delinquência sexual exclusiva, generalista e persistente.

Para além dos contributos científicos, os resultados reforçam a necessidade de intervenções diferenciadas que combinem reestruturação cognitiva, educação sexual e treino de competências emocionais e sociais. Apesar das limitações, o estudo abre perspectivas novas para futuras investigações nesta área.

Palavras-chave: delinquência juvenil; delinquência sexual; distorções cognitivas; trajetórias

Abstract

Juvenile sexual delinquency is a complex phenomenon with individual, family and social precursors and repercussions, still underexplored in the Portuguese context. This study aimed to analyse the trajectories, psychosocial and individual (e.g., behaviours, emotions, cognitions, particularly cognitive distortions about sexual violence or abuse) characteristics of 22 juvenile sex offenders, through a qualitative approach, in the context of the unobtrusive methodologies. More specifically, the personal dossiers of this young, including judicial, social, medical, forensic assessment and psychological counselling reports, were submitted to a thematic content analysis.

Findings revealed an interaction between individual, family, school and social factors influencing the development of the delinquent trajectories of these juveniles. Cognitive distortions played a central role, functioning as mechanisms to justify and minimize their abusive behaviours, hindering accountability for their actions, limiting the understanding of the impact of their acts, mainly on victims, and, in some cases, sustaining persistent sexual offending trajectories. The study also highlighted the heterogeneity of trajectories, including exclusive sexual offending, generalist offending and persistent sexual offending trajectories.

Beyond its scientific contributions, the results reinforce the need for differentiated interventions that combine cognitive restructuring, sex education and emotional and social skills training. Despite its limitations, this study provides clues for new directions for future research in this area.

Keywords: juvenile delinquency; sexual delinquency; cognitive distortions; trajectories

Índice

Introdução	11
Enquadramento Teórico	13
Delinquência juvenil	13
Conceito de delinquência juvenil	13
Caracterização de comportamentos delinquentes	14
Relativamente ao género	15
Enquadramento legal	16
Prevalência.....	17
Fatores associados à delinquência juvenil	17
Fatores de risco	17
Fatores de proteção	19
Trajetórias delinquentiais.....	20
Delinquência sexual juvenil	22
Conceptualização	22
Caracterização dos jovens ofensores sexuais	23
Tipologias de jovens ofensores sexuais	24
Diferenças relativamente a jovens ofensores não sexuais	25
Fatores de risco e fatores de proteção	27
Diferenças de género.....	29
Teorias explicativas	29
Vítimas.....	31
Trajetórias.....	32
Reincidência.....	33
Distorções cognitivas em jovens ofensores sexuais	34
Conceptualização	34
Tipos e conteúdos de distorções cognitivas	34
Modelos teóricos.....	35
Distorções cognitivas e empatia	35
Crenças, mitos e estereótipos.....	37
Fatores desenvolvimentais e psicológicos associados.....	37
Estudo Empírico.....	38
Objeto e objetivo de estudo.....	38

Metodologia de investigação.....	38
Método de recolha de dados.....	39
Método de análise de dados	40
Resultados	40
Dados pessoais e sociodemográficos.....	40
Experiências prévias	40
Contexto escolar.....	40
Contacto com instituições	41
Comportamentos desviantes prévios.....	41
Contexto social e pessoal.....	42
Relações interpessoais	42
Características psicoemocionais e comportamentais	43
Contexto familiar	44
Pensamentos e sentimentos	45
Características da ofensa	46
Pós-tratamento e perspetivas futuras	47
Discussão dos resultados	48
Conclusão.....	55
Bibliografia	57
Anexos	74

Introdução

A delinquência juvenil é objeto de várias abordagens e debates, não apenas pela sua incidência social e impacto na segurança pública, mas, também, ou sobretudo, pelas implicações que acarreta, em termos de compreensão das trajetórias de desenvolvimento humano. Trata-se de um conceito com contornos sociais, clínicos e legais, utilizado para caracterizar um conjunto diversificado de comportamentos que violam as normas jurídicas e/ou sociais, praticados por jovens (Bartol & Bartol, 2012).

A multiplicidade de definições reflete, não apenas a diversidade de comportamentos incluídos no conceito, mas, também, a variedade de olhares disciplinares que sobre ele incidem, como os jurídicos, sociológicos, psicológicos e criminológicos. A compreensão aprofundada do fenômeno requer, por isso, uma abordagem multidisciplinar, capaz de integrar dimensões normativas, contextuais e desenvolvimentais.

Nos últimos anos, tem-se verificado um interesse particular na compreensão da violência sexual juvenil, um subtipo de delinquência que, pela gravidade das suas consequências, suscita especial preocupação social e acadêmica. Para além da vitimação direta que provoca, a violência sexual praticada por jovens coloca desafios adicionais à justiça e às instituições de intervenção, uma vez que os ofensores se encontram numa fase crítica de desenvolvimento. Desta forma, a investigação tem procurado identificar os fatores que diferenciam estes jovens de outros delinquentes, bem como os elementos que podem contribuir para trajetórias de risco ou, em contrapartida, para processos de desistência e reintegração.

Entre os fatores psicológicos associados a este tipo de comportamento, destacam-se as distorções cognitivas, entendidas como interpretações ou crenças enviesadas que permitem justificar ou minimizar condutas sexuais abusivas (). Estas têm sido relacionadas com níveis reduzidos de empatia, adesão a estereótipos e aceitação de mitos sobre a violência, mas persistem lacunas na literatura quanto ao seu papel específico na violência sexual juvenil.

Neste contexto, a presente dissertação tem como objetivo central aprofundar a compreensão da violência sexual juvenil e, em particular, o papel das distorções cognitivas no desenvolvimento e manutenção deste tipo de delinquência juvenil. Encontra-se organizada em dois grandes capítulos. O primeiro corresponde ao enquadramento teórico, onde se aborda, em primeiro lugar, a delinquência juvenil em

termos gerais, incluindo a sua conceptualização, caracterização, fatores de risco e de proteção, bem como as trajetórias desenvolvimentais. Seguidamente, aprofunda-se a problemática da delinquência sexual, analisando a conceptualização e caracterização dos ofensores, as diferenças face a outros jovens delinquentes, os fatores de risco e de proteção, os principais modelos teóricos e as trajetórias possíveis. Por fim, discute-se o papel das distorções cognitivas, a sua relação com a empatia e a forma como se associam a crenças, mitos e estereótipos com relevância para a manutenção daqueles comportamentos.

O segundo capítulo corresponde ao estudo empírico, no qual se apresentam os objetivos, metodologia, procedimentos de recolha e análise de dados, bem como os principais resultados obtidos. Estes são discutidos à luz da literatura existente, de modo a identificar contributos para a compreensão do fenómeno e potenciais implicações para a intervenção e prevenção da delinquência juvenil.

Em suma, compreender a delinquência juvenil e, em particular, a violência sexual praticada por jovens, exige uma análise que integre fatores individuais, sociais e cognitivos. Ao explorar o papel das distorções cognitivas neste fenómeno, este estudo pretende, não apenas contribuir para o avanço do conhecimento científico, mas também oferecer pistas relevantes para a construção de estratégias de prevenção, intervenção e reinserção social mais eficazes, capazes de responder de forma adequada a uma problemática de elevada complexidade e impacto social.

Enquadramento Teórico

A análise da delinquência sexual em geral e, em particular da violência sexual, tem sido objetivo de diferentes perspetivas teóricas e empíricas. Para compreender a especificidade deste fenómeno, torna-se necessário reunir e discutir criticamente os contributos da literatura que abordam os fatores individuais, familiares e contextuais que o influenciam, bem como os mecanismos psicológicos associados à sua manutenção.

Esta parte tem, portanto, como objetivo apresentar o enquadramento conceptual e científico que sustenta o presente estudo, integrando os principais debates e evidências empíricas disponíveis. Ao longo das próximas secções são discutidos os elementos centrais para compreender a delinquência sexual juvenil, com destaque para o papel das distorções cognitivas, enquanto dimensões que se revelam particularmente relevantes para a análise realizada.

Delinquência juvenil

Conceito de delinquência juvenil

A delinquência juvenil é um fenómeno social complexo que tem sido abordado sob múltiplas perspetivas e áreas das ciências, como a Criminologia, a Psicologia, a Medicina e o Direito. Embora não exista unanimidade no que concerne à sua conceptualização, a definição que reúne mais consenso na literatura descreve-a como o envolvimento de um menor – indivíduo ao qual não pode ser atribuída imputabilidade penal, em função da idade – em ações que transgridem uma ou mais leis penais (Loeber et al., 2008).

Por sua vez, Le Blanc (2003) destaca a necessidade de ser analisada enquanto fenómeno desenvolvimental, inserido num continuum de comportamentos antissociais que variam, quer em persistência, quer em gravidade, o que exige uma análise integrada de fatores individuais, relacionais e estruturais.

No contexto português, Negreiros (2008) sublinha o carácter multidimensional do conceito, realçando que não se restringe à violação da lei, mas que inclui, também, comportamentos desviantes que sejam socialmente significativos. Machado (2010) completa esta perspetiva e dá ênfase à necessidade de analisar os contextos familiares,

escolares e comunitárias, assim como as condições sociais e individuais que influenciam o comportamento do menor.

Caracterização de comportamentos delinquentes

A caracterização da delinquência juvenil implica ter em consideração, não apenas a sua definição, mas também a tipologia de comportamentos que a compõem. Assim, surge, recorrentemente, na literatura, uma distinção de várias categorias de atos delinquentes. Para Loeber e Stouthamer-Loeber (1998) e para Farrington (2004) é possível identificar, pelo menos, quatro grupos principais - crimes contra a propriedade, que incluem os furtos, roubos e vandalismo, crimes contra pessoas, como as agressões físicas e a violência sexual, ofensas relacionadas com drogas, nomeadamente, o seu consumo e tráfico, e comportamentos de ordem pública, relacionados com incivildades e desobediência à autoridade. Bartol e Bartol (2012) referem, ainda, as denominadas *status offenses*, que englobam atos como absentismo escolar, fugas de casa e incumprimento das regras parentais. Estes autores sublinham a importância de compreender que muitos comportamentos que levam os jovens a ter contacto com o sistema de justiça não são atos considerados como crime, quando praticados por adultos.

Estes comportamentos desviantes podem ocorrer em várias dinâmicas e contextos. O jovem pode cometer ofensas de forma individual ou em grupo, sendo esta última particularmente frequente em contextos de pertença a gangues, onde a identidade coletiva potencia o envolvimento em atos ilícitos (Thornberry et al., 2003). Entre os contextos de maior relevância, destaca-se a escola, que tem sido amplamente investigada enquanto espaço privilegiado para a compreensão do fenómeno. Pepler e colegas (2010), através de estudos longitudinais, no Canadá, enquadram o bullying e a violência escolar como manifestações do comportamento delinvente, realçando a associação entre os mesmos e trajetórias de envolvimento continuado em atos antissociais e criminalidade na vida adulta. No mesmo sentido, resultados semelhantes foram obtidos por Espelage e Holt (2001) e Espelage e Swearer (2003), que descrevem o bullying como parte de um continuum de comportamentos agressivos, frequentemente associados a delinquência subsequente e a dificuldade de ajustamento social. Este papel central é, de igual modo, destacado por Machado (2010), que inclui comportamentos escolares desviantes, como o absentismo, indisciplina, violência no espaço escolar e agressões grupais, no quadro de delinquência juvenil.

A violência interpessoal constitui, também ela, uma relevante dimensão da delinquência juvenil. A violência relacional traduz-se em práticas como a exclusão social ou a difusão de rumores, sendo uma forma significativa de agressividade interpessoal (Smith et al., 2004). No domínio das relações afetivas, a literatura tem identificado níveis preocupantes de violência no namoro entre adolescentes, quer física quer psicológica (Capaldi & Owen, 2001; Foshee et al., 2001). Caridade (2011) defende que este tipo de violência interpessoal juvenil deve ser entendido como parte integrante da delinquência, sendo reveladora, não apenas de défices de autocontrolo e de competências relacionais, mas, também, de dinâmicas culturais que tendem a normalizar as práticas abusivas entre os jovens.

Relativamente ao género

As investigações têm mostrado, de forma consistente, que a delinquência juvenil apresenta diferenças de género, sobretudo no que concerne a prevalência e a expressão comportamental. Uma das conclusões é que o sexo masculino se encontra desproporcionalmente representado na prática dos atos delinquentes, sendo os rapazes, em média, mais agressivos que as raparigas (Odgers et al., 2008; Quinsey et al., 2004). Pepler e colegas (2010) mostram que os rapazes recorrem com maior frequência à agressão física, enquanto as raparigas, por sua vez, tendem a adotar estratégias de agressividade relacional, como a exclusão social.

No entanto, esta diferença quantitativa não implica que a agressividade feminina seja de menor importância, na medida em que existem dados que revelam que várias raparigas demonstram ser tão agressivas fisicamente quanto os rapazes, apresentando uma ainda maior frequência de agressões verbais e indiretas (Anderson & Huesmann, 2003; Moffit et al., 2011). De igual modo, Hinshaw e Lee (2003) destacam que os rapazes e as raparigas podem apresentar prevalências semelhantes de comportamentos de oposição e desafio.

Foram, também, identificados níveis mais elevados de sintomas emocionais e de características associadas à impulsividade em raparigas ofensoras (Pechorro et al., 2013). Tal constatação reforça a ideia de que, apesar de minoritárias, as raparigas delinquentes constituem um grupo particularmente vulnerável, dada a maior exposição a trajetórias de vitimação cumulativa e a fatores como a vitimação precoce, saúde mental e as chamadas *status offenses* (Baidawi & Sheehan, 2021; Chesney-Lind et al., 2008; Zahn et al., 2010).

Relativamente a dados oficiais, em Portugal, estes confirmam a predominância masculina. O relatório final da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos (2024) aponta para que cerca de 80% a 85% dos jovens a cumprir medidas tutelares educativas ou internados em centros educativos sejam do sexo masculino.

Enquadramento legal

Em Portugal, só a partir dos 16 anos é que se pode ser penalmente imputável, de acordo com o artigo 19.º do Código Penal. Assim, a delinquência juvenil é, maioritariamente, regulada pela Lei Tutelar Educativa (LTE; Lei nº 166/99, de 14 de setembro). Este normativo legal aplica-se a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, que tenham praticado factos punidos por lei como crimes. Caracteriza-se por adotar uma abordagem educativa e preventiva, pautando-se por aplicar medidas adaptadas à gravidade do ato, bem como às circunstâncias pessoais e familiares do menor. As medidas incluem advertências, trabalhos de utilidade pública, acompanhamento psicossocial e internamento em centros educativos, que pode ocorrer em regime fechado, aberto ou semiaberto. Se o jovem tiver idade compreendida entre os 16 e os 21 anos, fica sujeito ao regime especial dos jovens adultos, previsto no Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro.

Moura (2000) assinala que a legislação portuguesa define marcos etários que resultam em respostas diferenciadas, com atenção ao desenvolvimento psicossomático específico da criança, do adolescente e do jovem adulto. Desta forma, o legislador procurou acomodar a gradual formação da personalidade do menor e, embora não possuam carácter penal, as medidas aplicadas a esta população são dotadas de efetiva responsabilização (Moura, 2000).

Assim sendo, é possível verificar que o enquadramento legal português procura proporcionar instrumentos de intervenção precoce e diferenciada, que permitam a contextualização dos comportamentos desviantes em função de fatores individuais e sociais. Tal é encarado como elemento central na estratégia de prevenção e redução da delinquência juvenil, bem como da reintegração dos jovens, sendo de especial importância a atuação articulada entre a justiça, a promoção e proteção e os serviços sociais, assim como os contextos em que o jovem se insira, como é o caso da escola.

Prevalência

A prevalência da delinquência juvenil é conhecida através dos dados fornecidos pelo Relatório Anual de Segurança Interna (RASI). O RASI de 2024 indica que foram registados 2062 casos de delinquência juvenil em Portugal, o que representa um aumento de 12,5% face a 2023. Ressalve-se que, desde 2021, se mantém uma tendência de crescimento deste tipo de atos desviantes.

De entre estes valores, destacam-se os crimes ocorridos em contexto escolar, que registaram um crescimento de 6,8%, e as ofensas sexuais, que totalizaram 171 ocorrências. Assim, realça-se a predominância registada de delinquência ligada à criminalidade sexual, nomeadamente o abuso sexual de crianças por ofensores menores e a pornografia de menores partilhada através de plataformas como o Discord e o WhatsApp.

Fatores associados à delinquência juvenil

A compreensão da delinquência juvenil exige uma análise cuidada dos fatores que contribuem para o seu aparecimento, manutenção e evolução. Para Farrington e Murray (2010), este fenómeno deve ser entendido como o resultado da conjugação de múltiplos riscos que se reforçam mutuamente, criando ciclos de desvantagem difíceis de quebrar.

A literatura tem distinguido entre fatores de risco, isto é, características que aumentam a probabilidade de delinquência, e fatores de proteção, que são entendidos como recursos que reduzem ou atenuam essa probabilidade.

Fatores de risco

Os fatores de risco podem ser definidos como características individuais, familiares, escolares ou contextuais que aumentam a probabilidade de envolvimento na delinquência. A sua influência não é determinística, mas sim probabilística, visto que a sua acumulação intensifica a vulnerabilidade ao desvio (Farrington, 2004; Farrington & Murray, 2010).

A nível individual, a investigação tem sublinhado o papel da impulsividade, do fraco autocontrolo e dos défices nas funções cognitivas e executivas enquanto preditores robustos da delinquência (Gottfredson & Hirshi, 1990; Farrington, 2004; Moffit, 1993). Pechorro e colegas (2013a) concluíram que traços como a procura de sensações e a impulsividade estão fortemente ligados à vulnerabilidade juvenil e, no mesmo sentido, Braga e Gonçalves (2013) demonstram que muitos dos jovens que

iniciam precocemente a prática de delitos – entre os 11 e os 13 anos – o fazem em simultâneo com o consumo de álcool e haxixe, o que evidencia a sobreposição de comportamentos de risco e o desenvolvimento de trajetórias desviantes.

Relativamente à família, os contextos de instabilidade, a negligência, os maus-tratos, a violência doméstica, as práticas parentais inconsistentes, a ausência de supervisão e a rejeição afetiva estão recorrentemente associados ao envolvimento em atos delinquentes (Farrington, 2004; Negreiros, 2008; Rathi & Dhariwal, 2021). Existem, ainda, evidências de que experiências de abandono ou de institucionalização precoce fragilizam o desenvolvimento do menor e, desta forma, aumentam a probabilidade de comportamentos desviantes (Braga & Gonçalves, 2013). Farrington e Murray (2010) consideram a transmissão intergeracional da criminalidade como um aspeto crítico, ou seja, jovens cujos pais apresentam historial delincente revelam maior probabilidade de desenvolver condutas semelhantes, sobretudo na ausência de modelos parentais pró-sociais e positivos.

A escola constitui, também, um espaço determinante, visto que fenómenos como o insucesso escolar, a fraca motivação, o absentismo e a indisciplina têm sido identificados como fatores de risco consistentes e relevantes (Farrington, 2004; Machado, 2010). Estas dificuldades, que frequentemente emergem de forma precoce, podem atuar como catalisadores de exclusão, promovendo a desmotivação e facilitando as trajetórias de afastamento progressivo da instituição escolar (Braga & Gonçalves, 2013).

O grupo de pares desempenha, também, um papel relevante na intensificação de comportamento delincente, na medida em que a associação a jovens desviantes constitui um dos preditores mais consistentes da prática de atos antissociais. Os estudos sublinham que estas relações funcionam como mecanismos de reforço e legitimação do desvio, favorecendo a persistência e a diversificação (Le Blanc, 2003; Negreiros, 2008; Thornberry et al., 2003). Embora os pares possam representar uma importante fonte de pertença e de suporte afetivo, tendem, de igual forma, a estimular a adoção de condutas mais graves, contribuindo, assim, para trajetórias de maior envolvimento delincente (Braga & Gonçalves, 2013).

No domínio comunitário, variáveis como a pobreza, a exclusão e a desorganização social têm sido amplamente associadas ao risco de delinquência. Para Sampson e Laub (1993), a ausência de coesão social e de mecanismos de controlo informal fragilizam os jovens, o que os expõe a maiores probabilidades de envolvimento em crimes. A esta

perspetiva, Farrington e Murray (2010) acrescentam que os contextos socioeconómicos desfavorecidos potenciam ciclos de desvantagem, uma vez que aumentam a exposição precoce ao sistema de justiça e reduzem as oportunidades de integração.

Fatores de proteção

Se, por um lado, a presença de certos aspetos aumenta a probabilidade de envolvimento em comportamentos desviantes, por outro, existem fatores de proteção que podem reduzir ou neutralizar esse impacto. Estes podem ser definidos como características ou condições que promovem o ajustamento positivo e a resiliência, o que pode atuar diretamente ou enquanto barreira que atenua os efeitos dos contextos adversos em que os jovens se encontram (Farrington & Ttofi, 2011; Lösel, 2012).

A nível individual, características como o autocontrolo, a competência social e a resiliência constituem recursos fundamentais e permitem ao jovem gerir emoções, bem como resistir a pressões externas (Farrington & Ttofi, 2011; Gubbels et al., 2023).

Quanto ao contexto familiar, este também desempenha um papel importante. A supervisão parental consistente, a coesão e o apoio emocional são apontados como barreiras eficazes relativamente ao desvio (Le Blanc, 2003; Negreiros, 2008). Rath e Dhariwal (2021) evidenciam que práticas parentais equilibradas, baseadas em comunicação positiva e disciplina estruturada, reduzem significativamente a probabilidade de delinquência. Neste sentido, Farrington e Murray (2010) consideram a presença de modelos parentais pró-sociais como um dos fatores de proteção mais fortes, tornando possível a quebra de ciclos de transmissão de criminalidade.

No que concerne o ambiente escolar, o sucesso académico, a integração positiva no espaço e o envolvimento em atividades extracurriculares normativas surgem como os elementos centrais de proteção (Farrington & Ttofi, 2011; Negreiros, 2008). Desta forma, a escola pode funcionar como espaço de pertença e de socialização positiva, capaz de contrariar a acumulação de riscos (Braga & Gonçalves, 2013).

Quando os jovens se relacionam com pares pró-sociais, essas relações atuam como fator de proteção, favorecendo o desenvolvimento de competências interpessoais e reduzindo, simultaneamente e de forma significativa, a probabilidade de desvio (Hirschi, 1969; Vitaro et al., 2000). As amizades saudáveis, baseadas na reciprocidade e no apoio, são determinantes no fortalecimento de estratégias adaptativas (Caridade, 2011). Para além disso, diminuem o envolvimento em criminalidade e consumo de substâncias (Walters, 2020) e reduzem a reincidência juvenil (Gubbels et al., 2023).

Por último, a comunidade de inserção tem, também, relevância. As redes de suporte, as oportunidades de integração e as políticas inclusivas têm sido amplamente reconhecidas enquanto fatores de proteção (Cunha, 2014; Durão, 2021; Leventhal & Brooks-Gunn, 2000; Sampson & Laub, 1993). A literatura confirma que comunidades coesas, com acesso a recursos educativos e atividades estruturadas, promovem o ajustamento positivo e, ainda, reduzem a probabilidade de envolvimento em comportamentos de risco (Benson et al., 2006; Small & Memmo, 2004).

Trajetórias delinquenciais

A delinquência juvenil deve ser entendida como um fenómeno heterogéneo, por vários fatores, como os suprarreferidos, mas, também, devido ao facto de existirem diferentes percursos de envolvimento em comportamentos antissociais. A investigação em psicologia e em criminologia desenvolvimental tem demonstrado que estas trajetórias se diferenciam, sobretudo, em termos de início, duração, gravidade e persistência, o que tem implicações relevantes para a prevenção e intervenção.

Um dos modelos mais influentes é o proposto por Moffit (1993), que distingue entre a delinquência limitada à adolescência e a delinquência persistente. A primeira é a trajetória mais comum e caracteriza-se por um envolvimento transitório, circunscrito à adolescência e influenciado por fatores contextuais, como a socialização com pares desviantes ou a procura de um estatuto social. Já a segunda, por sua vez, corresponde a uma minoria de jovens, que apresenta um início precoce de comportamentos antissociais que persistem na idade adulta. Estes atos estão, frequentemente, associados a défices neuropsicológicos e a contextos familiares adversos. Esta distinção é amplamente suportada a nível empírico, em múltiplos estudos longitudinais, nos quais é confirmada a relevância do início precoce como indicador robusto de maior gravidade (Farrington, 2004; Odgers et al., 2008).

Le Blanc (2003) completa esta perspetiva ao conceptualizar a delinquência como um continuum comportamental que pode evoluir em intensidade e severidade ou, em sentido contrário, ser interrompido por fatores de proteção e experiências de vida significativas. Esta visão aproxima-se da proposta de Sampson e Laub (1993), que salientam a importância dos *turning points* na reorientação das trajetórias criminais, como, por exemplo, a entrada no mercado de trabalho e o casamento. Para estes autores, a delinquência deve ser analisada como um processo dinâmico, em que a continuidade

ou a mudança resultam da interação entre fatores estruturais e vínculos sociais relevantes.

Num estudo multinacional conduzido em seis países, Broidy e colegas (2003) identificaram percursos diferenciados de comportamentos disruptivos, desde a infância até à adolescência. A maioria das crianças manteve níveis baixos de problemas, enquanto uma minoria seguiu uma trajetória persistente, marcada por agressividade precoce e maior probabilidade de delinquência continuada. A consistência destes resultados em diferentes contextos culturais sugere a universalidade dos mecanismos ligados ao início precoce, em consonância com as propostas de Moffit (1993) e Loeber (1996).

No mesmo sentido, Evans e colegas (2000) investigaram os fatores que favorecem a continuidade ou a cessação das trajetórias de delinquência durante a adolescência. Os autores verificaram que variáveis de natureza familiar, como a monitorização e os estilos educativos, de natureza escolar, como o insucesso e a fraca ligação institucional, de natureza grupal, como a associação a pares desviantes, e de natureza comunitária, como a residência em locais socialmente desorganizados, são determinantes para a persistência dos percursos delinquentes. Paralelamente, fatores individuais, como a impulsividade e o baixo autocontrolo, intensificam a vulnerabilidade, confirmando a pertinência de abordagens multissistémicas (Farrington, 2004).

Num plano mais teórico, Case e Smith (2010) problematizam os conceitos de trajetória, transição e *turning point*, defendendo que não devem ser aplicados como determinismos lineares, mas sim como instrumentos de análise que permitem compreender a delinquência como processo dinâmico e reversível. Assim, na sua perspetiva, os sistemas de justiça juvenil devem explorar os momentos de transição enquanto oportunidades de mudança, em vez de reforçar trajetórias rígidas e predefinidas.

Relativamente a estudos nacionais no âmbito das trajetórias, existem alguns resultados importantes a referir. Garrido (2005) sublinha que os jovens delinquentes não constituem um grupo homogéneo e considera que a maioria se envolve em delinquência episódica e pouco grave. Os atos mais comuns são crimes contra a prioridade, sendo, estes, frequentemente influenciados pelos pares. Os percursos persistentes são atribuídos apenas a uma minoria de jovens e são casos que, em geral, estão associados à acumulação de fatores de risco de natureza individual, familiar e

escolar. Estas conclusões encontram-se numa linha convergente com a distinção proposta por Moffit (1993).

Em linha com o suprarreferido, Machado (2010) e Negreiros (2008) salientam que a maioria dos jovens apresenta um envolvimento pontual e pouco severo, ao passo que apenas uma minoria mantém padrões persistentes, associados a contextos familiares adversos, dificuldades escolares e redes de pares desviantes. Braga e Gonçalves (2013) acrescentam que estes percursos persistentes estão usualmente ligados ao início precoce da prática de delitos, muitas vezes acompanhado do consumo de substâncias, bem como à ausência de fatores de proteção, como os vínculos familiares coesos ou uma integração escolar consistente.

Complementarmente, Nunes e Trindade (2013) propõem uma leitura mais ampla das trajetórias transgressivas, entendendo-as como processos dinâmicos construídos não apenas por fatores individuais e familiares, mas também por dimensões simbólicas, espaciais e culturais. Esta abordagem integradora e transdisciplinar permite enquadrar a delinquência juvenil como fenómeno complexo, que não pode ser explicado apenas pela acumulação de riscos, mas também pela interação entre contextos sociais e representações coletivas.

Delinquência sexual juvenil

Conceptualização

A adolescência constitui uma fase marcada pela exploração e experimentação sexual, muitas vezes, normativa e enquadrada no processo de crescimento, Seto e Lalumière (2010) sublinham que a maioria dos jovens se envolve em experiências sexuais consensuais e que não configuram risco significativo. No mesmo sentido, Kemper e Kistner (2007) enfatizam a importância de distinguir comportamentos exploratórios normais de condutas abusivas, alertando para os riscos de confusão entre sexualidade adolescente saudável e ofensas sexuais. Já Hackett (2014) propõe compreender os comportamentos sexuais como um *continuum*, que vai da exploração normativa até condutas abusivas.

Assim, o estudo da violência sexual juvenil exige uma clarificação rigorosa, que seja capaz de distinguir entre manifestações normativas da sexualidade na adolescência e condutas que configuram comportamentos abusivos. A ausência desta delimitação pode conduzir a interpretações sobrecriminalizadoras de práticas que, em muitos

contextos, fazem parte do normal desenvolvimento psicossocial juvenil (Magalhães, 2015; Pereira, 2015).

À semelhança do que sucede nos adultos, o critério fundamental para distinguir os atos sexuais abusivos cometidos por jovens reside, essencialmente, na ausência de consentimento e na imposição de vontade do agressor sobre a vítima. Becker e Hicks (2003) descrevem estas situações como aquelas em que um menor envolve outra pessoa, independentemente da sua idade, em comportamentos sexuais sem o seu acordo, com recurso a estratégias de coerção, manipulação ou intimidação. No mesmo sentido, Ryan e Otonichar (2010) enfatizam a desigualdade de poder, a ausência de consentimento válido e a vitimação de crianças mais novas, pares ou adultos vulneráveis. Também Bastos e colegas (2021) reforçam que a disparidade etária e a ausência de consentimento constituem critérios essenciais para diferenciar violência sexual de exploração normativa. Warner e Bartels (2015) acrescentam, ainda, a importância de considerar fatores como a diferença etária, a natureza da relação entre agressor e vítima, bem como o uso de pressão ou força.

Em síntese, a violência sexual juvenil só pode ser compreendida à luz do equilíbrio entre o consentimento, a igualdade vs desigualdade de poder e a coerção. Considerando a ampla validação teórica e empírica destes critérios na literatura (e.g. Calder, 2005; Rich, 2003; Ryan, 2010), torna-se necessário explicitar o conceito de consentimento. Neste âmbito, Ryan (2012) define-o a partir de 6 condições, designadamente, (1) compreensão do que é proposto, (2) conhecimento dos padrões sociais daquilo que é proposto, (3) consciência dos riscos e consequências, (4) conhecimento de alternativas, (5) decisão voluntária e (6) competências mentais para avaliar a situação.

Desta forma, o jovem agressor sexual é definido como alguém entre os 12 e os 18 anos que tenha sido oficialmente acusado de um crime sexual, ou que tenha cometido atos sexualmente agressivos que poderiam ser legalmente classificados como tal (Miner et al., 2006). Do ponto de vista jurídico, em Portugal, a legislação enquadra estes delitos na categoria de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual (Mouraz-Lopes, 2008) e, atendendo às idades dos ofensores, a resposta judicial surge no âmbito da LTE.

Caracterização dos jovens ofensores sexuais

A literatura tem demonstrado que não existe um perfil único de jovem ofensor sexual (JOS). Trata-se, antes, de uma população heterogênea, com trajetórias, contextos e padrões de risco distintos (Barbaree & Marshall, 2006; Becker, 1998; Becker &

Hicks, 2003; Seto & Lalumière, 2010). Estudos portugueses (e.g. Magalhães, 2015; Pereira, 2015) sublinham este aspeto, referindo que não existe um género de retrato-robô do jovem ofensor, tornando ainda mais importante a leitura dos casos à luz do desenvolvimento e do enquadramento sociocultural nacional.

Em termos sociodemográficos, observa-se um predomínio do sexo masculino e de idades entre os 12 e os 18 anos. Existem registos de comportamentos sexualmente abusivos em idades mais precoces, o que provoca debates sobre a avaliação e resposta judicial/educativa (Johnson, 1988; Rich, 2003; Rothchild, 1996). Relativamente a ofensoras do sexo feminino, estudos estimam uma prevalência entre 5 e 10% e que existe uma frequente subnotificação, devido a estereótipos de género que tendem a minimizar o fenómeno (Cortoni et al., 2010; Cortoni & Gannon, 2016).

Tipologias de jovens ofensores sexuais

Dada a diversidade de perfis identificada entre os JOS, a investigação tem procurado desenvolver tipologias, que organizem o fenómeno e apoiem a prática clínica e forense. Estes modelos não têm em vista fornecer explicações causais, mas, sim, servir como instrumentos úteis para identificar padrões de risco, necessidades de intervenção e potenciais trajetórias desenvolvimentais (Becker, 1998; Hunter, 2012; van Wijk et al., 2006).

Uma das distinções surge por relação com as vítimas destes atos abusivos, ou seja, jovens que abusam de crianças e jovens que abusam de pares ou adultos. Estudos sugerem que os abusadores de crianças se caracterizam por uma maior probabilidade de terem sido vítimas de abuso sexual, apresentarem défices de competências sociais e recorrerem, com frequência, a formas de coerção mais subtis. Nesta dinâmica, é mais comum as vítimas serem do sexo masculino e as situações abusivas ocorrem, frequentemente, em contexto familiar ou de proximidade (Latzman et al., 2011; Seto & Lalumière, 2006; 2010; Worling, 1995). Em contraste, quando as vítimas são pares ou adultos, os ofensores tendem a envolver-se em comportamentos antissociais mais amplos, apresentando níveis mais elevados de delinquência não sexual, revelam maior agressividade e uso de violência instrumental e, ainda, preferem vítimas do sexo feminino (Butler & Seto, 2002; Epps & Fisher, 2004; Fannif & Kolko, 2012).

Relativamente aos atos delinquentes que podem adotar, surge uma distinção entre JOS especializados e generalistas. Os primeiros apresentam comportamentos abusivos circunscritos ao domínio sexual e, assim, um menor envolvimento em

delinquência, para além de serem frequentemente associados a défices de competências sociais, isolamento e interesses sexuais atípicos (Butler & Seto, 2002; van Wijk et al., 2006). Já os ofensores generalistas acumulam os comportamentos sexualmente abusivos com outras formas de desviância não sexual, exibindo níveis mais elevados de impulsividade, hostilidade e comportamentos antissociais (Lussier et al., 2005; Seto & Lalumière, 2010).

A questão da coautoria também merece destaque na literatura. Hart-Kerkhoffs e colegas (2009) sugerem que os agressores em grupo ou em contexto de pares apresentam maior probabilidade de uso de violência física e maior envolvimento em delinquência não sexual, enquanto os individuais tendem a apresentar comportamentos mais planeados e persistentes.

Aebi e colegas (2011) propuseram uma tipologia que distingue JOS segundo três critérios clássicos, nomeadamente, a idade da vítima, atuação em grupo ou individual e historial criminal prévio. Entre estes, a idade da vítima revelou-se o fator mais consistente para diferenciar perfis. Para além desta categorização, os autores identificaram cinco perfis específicos, em concreto, (1) ofensores solitários que abusam de crianças familiares, (2) delinquentes gerais persistentes, associados a contextos de maior vulnerabilidade social, (3) ofensores mais velhos, ligados ao consumo de álcool e a dificuldades familiares, (4) jovens múltiplos e agressivos, em contextos de adversidade social, e (5) ofensores sem critério de seleção, que vitimizam várias pessoas.

Para além da idade da vítima e do modo de atuação, alguns investigadores propuseram tipologias baseadas na persistência do comportamento. Epps e Fisher (2004) distinguiram entre ofensores experimentais, cujas condutas tendem a ser situacionais, e ofensores persistentes, que exibem padrões reiterados de abuso, associados a um cúmulo de fatores de risco. Knight (2004) e Knight e Simes-Knight (2003) identificam três fatores centrais – hostilidade sexualizada, interesses sexuais desviantes e impulsividade/psicopatia – como elementos cuja interação pode explicar diferentes padrões de ofensa.

Diferenças relativamente a jovens ofensores não sexuais

A comparação entre JOS e outros delinquentes juvenis não sexuais (JONS) tem particular relevância clínica e forense, uma vez que influencia diretamente a avaliação

de risco e a definição de estratégias de intervenção. Os resultados têm sido mistos, mas a literatura sugere a existência de semelhanças e diferenças relevantes.

A violência sexual juvenil tem sido, por vezes, interpretada como uma manifestação de tendências antissociais gerais, não exigindo uma distinção clara entre JOS e outros jovens delinquentes. Nesta perspetiva, fatores de risco como impulsividade, défices de autocontrolo, insucesso escolar e contextos familiares disfuncionais são comuns à delinquência geral e explicariam, também, o envolvimento em ofensas sexuais (Farrington, 2007; Lussier et al., 2005; Ronis & Borduin, 2007). Assim, as possíveis diferenças entre os grupos não serão substanciais e este género de ofensa surge como um ponto culminante de trajetórias antissociais mais amplas.

Em sentido oposto, desde os trabalhos de Becker (1998) e Becker e Hicks (2003), tem sido defendido que os JOS constituem um grupo heterogéneo, mas distinto, sobretudo pela menor versatilidade criminal e pela maior incidência de experiências de vitimação prévia. Estudos longitudinais, como o *Pittsburgh Youth Study*, confirmaram que, em comparação com delinquentes violentos não sexuais, os JOS apresentam menos problemas externalizantes, menor envolvimento em delinquência em grupo e trajetórias criminais mais heterogéneas (van Wijk et al., 2005). McCuish e colegas (2012; 2015) acrescentam que estes jovens tendem a ser menos persistentes e versáteis, apesar de partilharem alguns antecedentes antissociais.

As diferenças estendem-se às variáveis emocionais e sociais. Seto e Lalumière (2010), através de uma meta-análise, concluíram que os JOS apresentavam maiores taxas de vitimação prévia – física, sexual e negligência -, isolamento social, níveis mais elevados de ansiedade e autoestima mais baixa. Também Magalhães (2015) e Pereira (2015) observaram que, embora partilhem com outros delinquentes histórias de adversidade familiar e de exclusão escolar, distinguem-se pela maior prevalência de vitimação prévia e por défices mais acentuados de socialização.

Barbaree e colegas (1998) e Marshall e Barberee (1990) salientam, ainda, défices de competências sociais, problemas de autorregulação e maior ativação sexual, associado a contextos familiares abusivos ou coercivos. Do mesmo modo, O'Reilly e Carr (2004) e Ryan (2010) apontam para uma maior ocorrência de abuso físico e padrões relacionais desadaptativos entre os JOS, enquanto Kobak e colegas (2009) e Smallbone (2005) destacam a prevalência de vínculos inseguros e desorganizados.

Relativamente à dimensão sexual, os JOS apresentam maior frequência de comportamentos sexuais precoces, maior utilização do sexo como forma de lidar com

stress ou estados emocionais negativos (Marshall & Marshall, 2000), assim como maior exposição a conteúdos pornográficos (Lussier et al., 2005). Em certos casos, observam-se interesses sexuais atípicos, mais especificamente, os direcionados a crianças ou interligados a fantasias coercivas (Knight & Sims-Knight, 2003; Seto & Lalumière, 2010). Whittaker e colegas (2006) verificaram que estes jovens revelavam menos conhecimentos acerca da sexualidade e menos competências empáticas, uma tendência corroborada por Lindsey e colegas (2001) e Vaker e colegas (2008), sobretudo em contextos de intimidade sexual.

Ressalva-se que estas dificuldades não conduzem de forma direta ao abuso, mas operam indiretamente, através da redução da empatia e da maior vulnerabilidade a défices autorregulatórios (Burk & Burkhart, 2003). Para além disto, existem evidências de que os JOS recorrem frequentemente a racionalizações ou justificações cognitivas para legitimar as suas condutas, algo menos característico em JONS (Gannon, 2006; Maruna & Mann, 2006).

Fatores de risco e fatores de proteção

A compreensão de fatores de risco e de proteção associados à delinquência sexual é essencial para a avaliação clínica e criminológica. A análise destes elementos permite a identificação de jovens em maior vulnerabilidade, bem como a orientação de programas de prevenção e intervenção ajustados.

Entre os fatores de risco individuais, destaca-se, de forma recorrente, a vitimação prévia, sobretudo experiências de vitimação sexual, como variável fortemente associada à prática de ofensas sexuais na adolescência (Atkinson, 1996; Siria et al., 2006). Estes jovens tendem a manifestar dificuldades de ajustamento socioemocional, traduzidas em isolamento, níveis mais elevados de ansiedade e défices de empatia (McCuish et al., 2012; Pullman et al., 2014). Hunter (2000) relaciona tipos de ofensores com fatores de risco específicos, concluindo que os jovens que vitimizam crianças apresentam, geralmente, maior isolamento e historial de vitimação sexual e, por sua vez, os que vitimizam pares estão associados a consumos de substâncias, influência de pares desviantes e padrões de namoro coercivos.

Outro fator individual prende-se com as distorções cognitivas. Estas são entendidas como formas enviesadas de interpretar a realidade e que permitem justificar ou minimizar a gravidade do comportamento (Langton & Marshall, 2001; Ward & Beech, 2006).

A sexualização precoce é, também, identificada como fator determinante, com a maioria dos jovens a revelar consumo prematuro de pornografia e contextos familiares sexualizados (Siria et al., 2020). De forma complementar, Daversa e Knight (2007) evidenciaram que experiências adversas de vinculação e maus-tratos podem originar traços de personalidade específicos, como a inadequação sexual, excitação por menores ou traços psicopáticos, que desempenham um papel mediador relativamente à passagem da adversidade ao comportamento abusivo.

No domínio familiar, os JOS inserem-se em contextos marcados por negligência, abuso, conflito ou ausência de supervisão (Hunter, 2012; Stinson et al., 2008). van Wijk e colegas (2005) verificaram que este tipo de ofensor provém, com maior frequência, de famílias problemáticas. Bastos e colegas (2021) confirmam esta tendência, identificando vínculos afetivos frágeis e ausência de suporte parental consistente como elementos recorrentes.

No plano social, contextos de exclusão escolar, dificuldades de integração em grupos pró-sociais e ausência de redes comunitárias de apoio fragilizam o desenvolvimento dos jovens e aumentam a vulnerabilidade ao desvio (Farrington, 2007). Esta relação é demonstrada por Pereira (2015), que concluiu que trajetórias de insucesso escolar e exclusão social estão, de forma recorrente, associadas à prática de ofensas sexuais.

Apesar da centralidade dos fatores de risco, é importante realçar os fatores de proteção. Relativamente a fatores individuais, Rich (2009) refere a preservação de competências sociais, empatia e capacidade de autorregulação emocional como barreiras significativas à prática de condutas abusivas. A intimidade saudável, crenças adaptativas sobre a sexualidade e competências de resolução de problemas são igualmente vistas como aspetos protetores (Ward & Beech, 2006).

Já no que concerne o plano familiar e comunitário, Smallbone e Wortley (2001; 2004), numa perspetiva ecológica, destacam a importância de vínculos afetivos seguros, de contextos familiares consistentes e de oportunidades educativas e comunitárias, salientando que a presença de redes de suporte positivas pode contrariar a influência de experiências adversas precoces. Barroso e colegas (2010) referem que variáveis como a supervisão parental eficaz, a coesão familiar e a integração em contextos pró-sociais podem funcionar como barreiras determinantes, prevenindo a escalada para comportamentos sexuais abusivos. Nessa mesma linha, Bastos e colegas (2021) sublinham a relevância de considerar o papel das redes de suporte familiar e

escolar na compreensão do fenómeno, em consonância com investigações que apontam estas dimensões como fatores de proteção face à reincidência.

Diferenças de género

Embora a maioria dos ofensores seja do sexo masculino, têm sido evidenciadas diferenças entre rapazes e raparigas quanto a trajetórias desenvolvimentais, fatores de risco e contextos da ofensa (Cortoni & Gannon, 2016; Denov, 2004). Bastos e colegas (2021) e Magalhães (2015) consideram fulcral integrar a dimensão do género na análise da delinquência sexual juvenil, de modo a evitar a invisibilidade das raparigas agressoras e, também, a garantir respostas ajustadas às necessidades de ambos os grupos.

As jovens ofensoras apresentam, em média, maiores taxas de vitimação prévia, especialmente no que concerne ao abuso sexual, comparativamente com os JOS (Denov, 2003; Johansson-Love & Fremouw, 2009). É frequente uma maior associação a problemas de saúde mental e a relações abusivas ou de coautoria com parceiros masculinos (Allen, 1991; Cortoni & Hanson, 2005; Gannon & Rose, 2008). Os rapazes, por seu turno, tendem a apresentar maior versatilidade criminal e envolvimento em comportamentos antissociais não sexuais (Seto & Lalumière, 2010; van Wijk et al., 2005).

Estas diferenças refletem-se, igualmente, ao nível dos contextos das ofensas. Enquanto os JOS exibem maior diversidade de padrões de vitimação, envolvendo pares, crianças ou desconhecidos, as jovens são mais propensas a ofender em contextos de proximidade. Tal contribui para a subnotificação dos casos, dada a resistência social em reconhecer o papel das raparigas como agressoras (Cortoni & Gannon, 2016; Denov, 2004).

Teorias explicativas

A compreensão da violência sexual juvenil tem evoluído ao longo das últimas décadas, passando de abordagens centradas em traços individuais estáticos (e.g., Knight e Sims-Knight, 2003) para perspetivas desenvolvimentais e multifatoriais. As primeiras explicações procuravam identificar características pessoais relativamente estáveis, como a psicopatia, interesses sexuais desviantes ou distorções cognitivas, consideradas responsáveis pelo início e manutenção da conduta abusiva (Lussier e Healey, 2010). Contudo, estas perspetivas mostraram-se limitadas, por não explicarem a origem desses traços, o que levou ao desenvolvimento de modelos que salientam a acumulação de

fatores de risco e a influência das trajetórias de vida (e.g. Loeber & LeBlanc, 1990; Moffitt, 1993).

Entre as teorias, destaca-se a proposta por Marshall e Barbaree (1990). Os autores sublinham o impacto de experiências precoces adversas na autorregulação, nas competências sociais e na formação de vínculos, ou seja, em fatores que aumentam a vulnerabilidade a comportamentos coercivos, sobretudo durante a adolescência (Barbaree & Marshall, 2006). Seguindo esta linha, Ward e Siegert (2002) defenderam o Modelo dos Caminhos, inicialmente para adultos, segundo o qual diferentes rotas, nas quais estão incluídos défices emocionais, dificuldades de intimidade e distorções cognitivas, podem conduzir ao mesmo resultado, reconhecendo, assim, a heterogeneidade dos JOS. Este modelo articula-se com perspectivas desenvolvimentais, como a de Smallbone e Dadds (2000), que destacam a importância dos vínculos inseguros e das experiências relacionais precoces, sugerindo que os comportamentos abusivos podem emergir como tentativas desadaptativas de lidar com necessidades emocionais não satisfeitas.

Ward e Beech (2006) avançaram com o Modelo Dinâmico Integrado, que combina fatores estáticos, como a vitimação precoce, com fatores dinâmicos, como, por exemplo, défices de regulação emocional e crenças legitimadoras da violência. Acrescenta, ainda, a interação com fatores do macrossistema, como normas socioculturais ou contextos familiares adversos. Do ponto de vista clínico, este modelo é particularmente útil, na medida em que permite compreender tanto a génese como a manutenção das ofensas, explicando como as experiências adversas e os défices desenvolvimentais podem ser reforçados pela gratificação sexual e pelas fantasias abusivas (Bancroft, 2006; Seto & Lalumière, 2010; Stinson et al., 2008). Vários estudos sugerem que o sexo pode ser utilizado como estratégia de regulação emocional, funcionando como resposta a estados negativos como ansiedade, frustração ou solidão (Seto & Lalumière, 2010).

Transversal a estas abordagens, encontra-se o papel das distorções cognitivas. Estas, presentes desde cedo no desenvolvimento, funcionam como mediadores entre vulnerabilidades emocionais e a concretização da conduta abusiva (Hunter, 2012; Seto & Lalumière, 2010). Este mecanismo tem sido destacado como central na compreensão da violência sexual juvenil (Beckett, 2005; Ward & Siegert, 2002), enquanto Barroso e colegas (2010) defenderam a integração de fatores de risco e de proteção numa perspectiva ecológica.

Vítimas

As vítimas dos JOS constituem parte central da dinâmica abusiva e, também, se distribuem de forma heterogênea, variando em função da idade, sexo, vínculo com o ofensor e circunstâncias da ofensa (Hunter, 1999; Veneziano & Veneziano, 2002).

Em termos de idade, verificam-se algumas diferenças fulcrais. Enquanto alguns JOS vitimizam crianças mais novas, em particular pré-púberes, frequentemente em contextos de proximidade familiar ou de vizinhança, outros dirigem os seus comportamentos abusivos a pares, em geral, sobretudo em situações de namoro ou em dinâmicas de grupo (Butler & Seto, 2002; Hunter, 1999; 2000).

Quanto ao sexo das vítimas, a investigação aponta para uma maior prevalência de raparigas (Fanniff & Kolko, 2012; Worling, 1995). Contudo, os rapazes surgem com maior frequência, como vítimas, quando os abusos envolvem crianças, sobretudo irmãos ou conhecidos (Seto, 2008; Seto & Lalumière, 2010). Veneziano e Veneziano (2002) destacam que os jovens que abusam sexualmente de crianças tendem a escolher vítimas de ambos os sexos, ao passo que aqueles que vitimizam pares revelam uma preferência mais marcada por raparigas. Estes dados verificam-se, de igual modo, em Portugal. Magalhães (2015) e Pereira (2015) confirmam esta tendência, assinalando que a maioria dos JOS foi condenada por crimes contra vítimas femininas. Atentam, porém, à subnotificação da vitimação masculina.

No que concerne a relação estabelecida entre a vítima e o JOS, os dados apontam para a predominância de situações em que o jovem conhece a vítima, seja em contexto familiar, escolar ou comunitário (Johansson-Love & Fremouw, 2009; Hunter, 1999; Veneziano & Veneziano, 2002;). Nos casos intra-familiares, Worling (1995) mostrou que a vitimação de irmãos se associa a contextos parentais negativos e violentos. Veneziano e Veneziano (2002) salientam que, embora seja incomum a presença de violência física extrema, muitos jovens recorrem a manipulação, intimidação ou exploração da confiança para concretizar os abusos. Esta proximidade relacional contribui para a subnotificação e para a dificuldade social em reconhecer a gravidade da violência sexual praticada por adolescentes, sobretudo quando envolve pares ou membros da família (Cortoni & Gannon, 2016).

Os locais onde as ofensas ocorrem refletem essa proximidade. A literatura tem mostrado que a maioria dos abusos tem lugar em contextos domésticos e familiares, incluindo a casa do jovem, da vítima ou de familiares próximos (Hunter, 1999; Veneziano & Veneziano, 2002). Também os contextos escolares e comunitários se

revelam relevantes, já que situações de abuso entre pares podem surgir em salas de aulas, balneários ou em casa de amigos (O'Reilly & Carr, 2004; Ryan, 2010; Veneziano & Veneziano, 2002;). Esta predominância de ambientes privados contrasta com a raridade de ocorrências em locais públicos ou envolvendo desconhecidos, o que indica que os jovens recorrem sobretudo a cenários de acessibilidade e confiança (O'Reilly & Carr, 2004; Ryan, 2010).

Trajetórias

O estudo das trajetórias dos JOS procura compreender se estes seguem percursos semelhantes aos de outros delinquentes ou se apresentam padrões específicos. Um contributo central é a taxonomia proposta por Lussier e colegas (2012), que distingue entre os *adolescent-limited*, cujo comportamento abusivo é transitório e restrito à adolescência, e os *high-rate slow desisters*, que apresentam taxas mais elevadas de ofensas sexuais e um declínio mais lento. Esta classificação, inspirada no modelo de Moffitt (1993), introduz a ideia de que, no caso das ofensas sexuais, não existe evidência robusta de um grupo *life-course persistent*.

A investigação empírica tem vindo a demonstrar que, na maioria dos casos, os comportamentos sexuais abusivos em jovens não se prolongam ao longo da vida adulta, o que contraria a ideia de continuidade linear entre ofensas sexuais juvenis e adultas (Caldwell, 2008;2010; Letourneau & Miner, 2005; Zimring et al., 2007). Para além disto, a desistência ocorre, muitas vezes, logo após a primeira infração (Pullman et al., 2014). Contudo, subsiste uma minoria que revela percursos mais persistentes e complexos, reforçando a heterogeneidade desta população (Cale et al., 2016; McCuish et al., 2015).

Estes estudos mostram que, tanto os ofensores sexuais como os não sexuais, se distribuem em padrões semelhantes, nomeadamente, baixa frequência, pico na adolescência, progressão lenta ou envolvimento crónico, embora os JOS apresentem carreiras menos versáteis (McCuish et al., 2014; 2015), assim como percursos mais heterogéneos e menos consistentes (van Wijk et al., 2005).

Neste sentido, Cale e colegas (2016) identificaram quatro trajetórias distintas, que classificaram como *rare*, *late-bloomers*, *low-rate chronics* e *high-rate chronics*. Estas estão associadas a diferentes padrões de vitimação e versatilidade criminal. Smallbone e colegas (2008) consideram que estes resultados sublinham a importância de não tratar os JOS enquanto grupo uniforme e indiferenciado.

Entre os jovens que seguem percursos mais persistentes, observa-se, frequentemente, a presença de vulnerabilidades individuais e familiares, que parecem sustentar a continuidade do comportamento abusivo. Experiências de vitimação prévia, défices emocionais, vínculos inseguros ou isolamento social surgem associados a trajetórias mais prolongadas e complexas (Hunter et al., 2009). Neste grupo, os antecedentes antissociais não se apresentam de forma uniforme. Isto é, alguns JOS exibem padrões abertos (*overt*), marcados por agressividade e violência direta, enquanto outros revelam padrões encobertos (*covert*), traduzidos em comportamentos furtivos como roubos ou vandalismo (McCuish et al., 2014). Esta diferenciação sugere que as trajetórias persistentes podem seguir vias distintas, com implicações diretas para avaliação e intervenção (idem).

A tipologia das vítimas também contribuiu para compreender as trajetórias. Butler e Seto (2002) distinguiram entre jovens que vitimizam pares e aqueles que vitimizam crianças, tendo concluído que os primeiros apresentam percursos próximos da delinquência juvenil em geral, associados a pares desviantes e comportamentos de risco, enquanto os segundos tendem a evidenciar isolamento social, dificuldades emocionais e história de vitimação prévia, fatores estes que, tal como suprarreferido, podem estar na base de trajetórias mais persistentes.

Reincidência

A reincidência constituiu uma dimensão fundamental na análise das trajetórias, todavia, as evidências mostram que a repetição de ofensas sexuais entre jovens é relativamente rara. Estudos realizados em diferentes contextos apontam para taxas que rondam os 5% a 15%, e, em alguns casos, até valores inferiores, o que contrasta com a reincidência mais elevada em ofensas não sexuais (Aebi et al., 2011; Caldwell, 2008; 2010). Estes dados, que sublinham o caráter transitório da violência sexual na adolescência, são também corroborados por investigações acerca da eficácia dos programas de intervenção especializados (Worling & Curwen, 2000).

Ainda assim, subsistem grupos que apresentam maior risco de reincidência. Jovens com traços antissociais ou psicopáticos, dificuldades no desenvolvimento de competências sociais e défices de empatia revelam uma probabilidade acrescida de persistir em comportamentos abusivos (Gretton et al., 2011; Worling, 2001). Em contrapartida, fatores de proteção como o suporte familiar, a integração escolar e a oportunidade de construir redes de socialização saudáveis, podem favorecer processos

de desistência (Worling & Langstrom, 2006). Estudos em diferentes contextos culturais reforçam, ainda, a importância do autocontrole e da qualidade da vinculação parental como elementos determinantes para o afastamento da delinquência sexual (Kobak et al., 2009; Lussier et al., 2012; Moffit et al., 2011).

Distorções cognitivas em jovens ofensores sexuais

Conceptualização

As distorções cognitivas constituem um dos mecanismos mais relevantes na compreensão do comportamento sexual abusivo em jovens. Definem-se como padrões de pensamento enviesados que permitem justificar, minimizar ou racionalizar a ofensa, funcionando como fatores de risco dinâmicos, mas, também, como alvos de intervenção clínica (McCrary, 2012; Rich, 2011).

O conceito tem origem na terapia cognitiva de Beck (1976), sendo aplicado ao campo da delinquência juvenil através do trabalho de Barriga e Gibbs (1996). Estes últimos demonstraram empiricamente que as distorções funcionam como formas de justificar os seus comportamentos antissociais, bem como de proteger a sua autoimagem. Mais tarde, Gibbs e colegas (2001) conceptualizaram o modo como as distorções são auto-justificativas (“*self-serving*”), isto é, funcionam como formas de raciocínio que protegem a autoestima do jovem e legitimam comportamentos de externalização.

Nos jovens, as distorções podem refletir, tanto processos normativos da adolescência, como enviesamentos mais persistentes e criminogénicos (Barriga & Gibbs, 1996; Maric et al., 2011).

Tipos e conteúdos de distorções cognitivas

Gibbs e colegas (2001) conceptualizaram as distorções cognitivas enquanto distorções auto-justificativas (“*self-serving*”) e organizaram-nas em quatro categorias, mais em concreto, egocentrismo, culpabilizar os outros, minimização/rotulagem e assumir o pior. O egocentrismo refere-se à tendência do jovem para valorizar apenas as próprias necessidades e desejos, ignorando os direitos, sentimentos e perspetivas dos outros. Já a culpabilização dos outros traduz-se na atribuição da responsabilidade pelos comportamentos desviantes a fatores externos, circunstâncias ou, até mesmo, às vítimas, de forma a reduzir a perceção de culpa. Quanto à minimização/rotulagem, esta consiste em negar ou reduzir a gravidade do comportamento, frequentemente acompanhada da desvalorização ou desumanização da vítima, o que facilita a

normalização da ofensa. Por fim, a assunção do pior caracteriza-se por interpretações hostis ou, inevitavelmente, negativas das intenções dos outros, levando o jovem a legitimar respostas agressivas ou ofensivas como inevitáveis.

Estas quatro categorias estão fortemente associadas a comportamentos de externalização em adolescentes, como a agressão física e a delinquência em geral (Barriga & Gibbs, 1996; Wallinius et al., 2011). No caso de JOS, estas distorções assumem conteúdos específicos relacionados com o abuso sexual, tais como a negação do dano causado, a normalização da conduta abusiva ou a culpabilização da vítima (Blumenthal et al., 1999; Hazama & Katsuta, 2016).

Modelos teóricos

Vários modelos têm procurado explicar a génese e a função das distorções cognitivas em ofensores sexuais, incluindo jovens. Rich (2011) propõe que estas distorções cognitivas assumem a forma de *thinking errors*, entendidos como ciclos automáticos e autorreforçados que influenciam emoções, atitudes e comportamentos. O autor identifica três tipos principais, nomeadamente, recusa de responsabilidade, autoderrotistas e narcísicos. Estes erros influenciam emoções, atitudes e ações, desempenhando um impacto direto na manutenção dos padrões abusivos.

Em contraste, Ward e Casey (2010) defendem que as distorções não podem ser vistas apenas como falhas individuais de raciocínio. Pelo contrário, devem ser entendidas como expressões de sistemas de crenças culturalmente partilhados, que oferecem legitimidade social à ofensa. Neste sentido, as distorções cognitivas emergem da interação entre cognições pessoais e contextos socioculturais, funcionando não só como justificações internas, mas também como reflexo de discursos sociais mais amplos.

Assim, estes modelos oferecem perspetivas complementares, na medida que Rich (2011) enfatiza a dimensão intrapsíquica e clínica das distorções, Ward e Casey (2010), por sua vez, sublinham a dimensão contextual e cultural. Em conjunto, estes dois modelos ajudam a compreender tanto os mecanismos internos de autorreforço, como o enquadramento externo que sustenta a legitimação das ofensas.

Distorções cognitivas e empatia

A empatia é amplamente apontada como um dos fatores que inibem a agressão interpessoal, funcionando como barreira contra a desumanização da vítima (Richardson et al., 1994). É entendida como um construto multidimensional, composto por

componentes cognitivas – tomada de perspectiva –, afetivas – ressonância emocional – e motivacionais/comportamentais – resposta empática (Jolliffe & Farrington, 2004; Marshall et al., 1995).

Todavia, nos JOS os défices são geralmente específicos e situacionais, não globais (Marshall et al., 1995). Os adolescentes que abusam sexualmente podem apresentar níveis normativos de empatia em contextos gerais, mas revelam défices significativos, quando confrontados com as próprias vítimas ou com situações de abuso sexual (Whittaker et al., 2006; Varker & Devilly, 2007). Esta discrepância indica que, mais do que um traço estável, a empatia nestes jovens é seletiva e modulada pelas suas distorções cognitivas, que lhes permitem reinterpretar a realidade, de forma a reduzir o impacto emocional da ofensa (Marshall et al., 1995; McCrady, 2012). Embora consigam, em muitos casos, reconhecer emoções e tomar a perspectiva do outro, têm tendência a bloquear ou distorcer a ressonância afetiva, isto é, a capacidade de experimentar internamente emoções semelhantes às da vítima (Marshall et al., 1995). Esse bloqueio é usualmente sustentado por distorções auto-justificativas, como a minimização do dano ou a culpabilização do outro, que reduzem a identificação emocional, neutralizam sentimentos de culpa e, em última análise, facilitam a manutenção do comportamento abusivo (Blumentahl et al., 1999; McCrady et al., 2008).

Para além disto, apresentam défices específicos, sobretudo, na empatia cognitiva, que se relaciona com a dificuldade em adotar a perspectiva da vítima (Varker et al., 2008). Este aspeto reflete o desenvolvimento moral, ou seja, jovens com distorções cognitivas mais elevadas tendem a permanecer em níveis pré-convencionais de julgamento moral, em que a preocupação com os outros é limitada (Barriga & Gibbs, 1996). Em comparação com adultos, estes défices nos jovens são menos cristalizados e mais dependentes de fatores contextuais e desenvolvimentais (McCrady, 2012; Varker & Devilly, 2007), podendo, mais facilmente, ser modificados.

A empatia pode ser reduzida devido a fatores como hostilidade, crenças pró-violência e mitos sexuais, o que potencia a manutenção das distorções cognitivas a eles associadas (Curwen, 2003). Assim, a interação entre défices de empatia e cognições distorcidas, cria um contexto em que o jovem pode, em simultâneo, legitimar o seu comportamento e neutralizar a culpa, favorecendo a continuidade da ofensa. Tudo isto evidencia a importância de a avaliação e a intervenção abordarem, em conjunto, tanto

a desconstrução das distorções cognitivas, como o fortalecimento da tomada de perspectiva e da ressonância afetiva (Rich, 2011).

Crenças, mitos e estereótipos

As distorções cognitivas dos JOS não podem ser compreendidas apenas como produtos individuais, na medida em que são, também, expressões de um contexto cultural partilhado, que molda e sustenta a legitimidade da ofensa (Ward & Casey, 2010).

A adesão a mitos, como os *rape myths*, por parte dos adolescentes, associa-se a um maior risco de ofensa sexual e de culpabilização da vítima (Lonsway & Fitzgerald, 1994). Embora certas concepções estejam mais enraizadas nos adultos, também se verificam em jovens, mas de forma mais instável e permeável às influências dos pares e das normas sociais (Whittaker et al., 2006).

A aceitação de estereótipos masculinos rígidos, crenças pró-violência e mitos sexuais reduz a empatia e reforça as distorções cognitivas, tornando mais fácil ao jovem neutralizar a culpa (McCrary, 2012; Varker et al., 2008).

Fatores desenvolvimentais e psicológicos associados

As distorções cognitivas nos JOS devem ser entendidas à luz de processos desenvolvimentais e de vulnerabilidades psicológicas. A investigação mostra que experiências adversas precoces, como abuso, negligência ou exposição a conflito familiar, estão associadas a maiores níveis de distorções e a dificuldades emocionais e comportamentais (Flouri & Panourgia, 2011; Hunter, 2012). Estes contextos favorecem estilos de *coping* disfuncional, em que a racionalização cognitiva serve para reduzir a ansiedade ou o desconforto moral associado ao abuso (Pagé et al., 2010).

No plano cognitivo, a impulsividade e as dificuldades de inibição, enquanto défices de funções executivas, surgem com particular relevo em JOS contra crianças, podendo potenciar o recurso a distorções cognitivas como justificação a posteriori (Joyal et al., 2020). Em contrapartida, a resiliência psicológica pode atuar como fator protetor, mediando a relação entre distorções e bem-estar (Sapmaz, 2023). A ausência desta capacidade de adaptação está várias vezes associada a maior distress emocional e a uma tendência para recorrer a distorções como forma de autoproteção (Maurya & Asthana, 2019).

Estudo Empírico

Objeto e objetivo de estudo

O presente estudo tem como principal objeto de investigação as trajetórias delinquentiais de JOS e como objetivo central a compreensão dos fatores individuais, familiares, escolares e sociais que influenciam o desenvolvimento destas trajetórias. A escolha deste objeto justifica-se pela relevância crescente do fenómeno das ofensas sexuais juvenis, não apenas pela sua prevalência e pela gravidade dos impactos que produzem nas vítimas, mas, também, pela necessidade de aprofundar o conhecimento acerca de fatores individuais, relacionais e contextuais que caracterizam os jovens que cometem este tipo de ato desviante.

Quanto a objetivos mais específicos, estes fornecem uma estrutura mais detalhada, permitindo uma análise mais aprofundada e abrangente dos mecanismos subjacentes a este fenómeno. Assim, surgem como objetivos específicos, (1) a descrição de características sociodemográficas e pessoais dos jovens, (2) a identificação de fatores familiares, escolares e interpessoais relevantes para a compreensão das suas trajetórias e das suas ações, (3) a compreensão do percurso delinquencial do jovem até ao momento da ofensa sexual e análise das características das ofensas sexuais cometidas, (4) a compreensão da forma como os jovens interpretam cognitivamente as situações de abuso, (5) aprofundar o papel de eventuais distorções cognitivas no seu comportamento, (6) compreender a influência dessas distorções cognitivas na motivação e justificação do comportamento sexual inadequado e, por fim, (7) considerar as implicações para a intervenção especializada e prevenção da reincidência.

Metodologia de investigação

Para a realização do estudo recorreu-se a uma metodologia qualitativa, considerada a mais adequada para compreender fenómenos complexos e multifacetados, em profundidade, como o são as ofensas sexuais juvenis. Este tipo de metodologia permite aceder aos significados que os indivíduos atribuem às suas experiências, aos comportamentos e ao mundo que os rodeia, dando primazia à compreensão interpretativa em detrimento da quantificação (Denzin e Lincoln, 2011; Sparkes e Smith, 2014).

Nesta perspetiva, o foco está em explorar narrativas, sentidos, ações e significações, possibilitando uma descrição e interpretação aprofundada do fenómeno,

ao invés de testar hipóteses. Assim, através do recurso a este tipo de metodologia, procura-se captar os significados presentes na subjetividade, integrando fatores individuais, relacionais e sociais (Flick, 2009), de forma a obtermos uma visão compreensiva do fenómeno em estudo.

O estudo tem, ainda, um carácter hermenêutico, dada a sua orientação para a interpretação de registos documentais e de narrativas pessoais, enquanto construções de sentido. Mais do que descrever factos objetivos, o estudo procura compreender as vivências e as perceções dos jovens, reconhecendo que estas refletem formas particulares de atribuição de significados às trajetórias de vida pessoais, as quais, por sua vez, influenciam as trajetórias de vida. Desta forma, esta perspetiva permite captar a complexidade dos discursos e das circunstâncias envolventes, possibilitando uma análise compreensiva dos múltiplos fatores que atravessam as ofensas sexuais juvenis (Sofaer, 1999; Flick, 2009).

Método de recolha de dados

Os dados foram obtidos a partir de processos de jovens acompanhados pelo Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas (GEAV) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, que integravam diferentes tipos de documentos, como relatórios sociais, escolares, médicos e de avaliação forense, relatórios clínicos e de avaliação psicológica, entrevistas a jovens, documentos judiciais e policiais e notas do acompanhamento psicológico. A consulta destes processos permitiu aceder a informação diversificada e detalhada sobre os jovens, sem necessidade de contacto direto com os indivíduos.

Esta opção metodológica insere-se nos denominados *unobtrusive methods*, caracterizados pela utilização de documentação pré-existente, em vez de dados obtidos por inquirição direta, de modo a evitar contactos potencialmente intrusivos e perturbadores com populações ou amostras que são, simultaneamente, de difícil acesso e vulneráveis. A análise de registos diversificados permite recolher informação menos sujeita a enviesamentos, quer do próprio investigador, quer efeitos da desejabilidade social nos participantes, e vivências, perceções e narrativas mais próximas das vivências dos participantes (Berg e Lune, 2012). Em fenómenos socialmente estigmatizados, como as ofensas sexuais juvenis, a análise documental representa, ainda, uma via ética, ao evitar riscos de revitimação e ao garantir maior fidelidade às experiências vividas (Marvasati, 2014).

Método de análise de dados

A análise de dados seguiu os princípios da análise temática, o que permitiu identificar, organizar e interpretar padrões de significado (Braun e Clarke, 2006). Para operacionalizar a análise foi construída, especificamente para este estudo, uma grelha de análise de conteúdo dos documentos, que estruturou a organização e a sistematização dos dados. Esta grelha de análise de conteúdo foi desenvolvida a partir dos dados analisados, numa lógica de análise *grounded*, e permitiu organizar a informação em termos das dimensões mais relevantes.

A grelha final de análise de conteúdo, que se encontra anexada, contempla várias dimensões: (1) dados pessoais e sociodemográficos, (2) experiências prévias, (3) contexto social e pessoal, (4) ofensa, (5) sentimentos e pensamentos e (6) Pós-tratamento/Projeções futuras.

Resultados

A presente secção apresenta os resultados obtidos através da análise temática (Braun e Clarke, 2006) de 22 processos de JOS, incluindo documentos de cariz sociodemográfico e social, documentos escolares e médicos, documentos judiciais e policiais, documentos de avaliação forense e documentos clínicos, relativos ao acompanhamento psicológico dos jovens no GEAV.

Dados pessoais e sociodemográficos

A amostra integra processos relativos a 22 rapazes, com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos, no momento de concretização das ofensas sexuais. Todos se encontravam em idade escolar, contudo, 2 dos jovens já tinham ingressado no mundo laboral. As habilitações literárias dominantes situam-se no 2.º ciclo e a maioria não frequentava o ensino regular, frequentando cursos profissionais, para conclusão do ciclo de estudos em que se inseria. Quanto ao agregado familiar, grande parte da amostra residia com os pais e irmãos, ou familiares próximos, como avós e/ou tios. Os jovens não inseridos no meio natural de vida estavam em casas de acolhimento ou, após a ofensa, em centros educativos.

Experiências prévias

Contexto escolar

Os percursos escolares foram todos eles marcados por retenções, sobretudo no 1.º ciclo e na transição para o 3.º ciclo. Em vários casos, mais concretamente em 17 indivíduos

da amostra, o registo escolar evidenciava reprovações sucessivas, desde os anos iniciais, bem como mau aproveitamento e insucesso escolar. A desmotivação para estudar também foi algo constatado em praticamente todos os JOS, com referências ao facto de “não gostarem da escola” ou só ir para a escola “para estar com os amigos”.

Os problemas de comportamento, desrespeito por regras e indisciplina foram manifestados ao longo da trajetória académica, sendo de ressaltar agressões a professores e colegas como atos graves que conduziram a suspensões e, até mesmo, a expulsão da instituição de ensino. As mudanças frequentes de escolas contribuíram, de igual forma, para a instabilidade a nível de rendimento.

Em contraste com o acima apresentado, a amostra incluiu jovens que foram descritos como “participativos”, “cumpridores de regras” pelos profissionais que os acompanhavam nesse meio, ainda que com aproveitamento limitado.

Contacto com instituições

Vários jovens foram sinalizados previamente por Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, por razões como absentismo escolar, negligência ou comportamentos de risco. As medidas que decorriam destes Processos de Promoção e Proteção englobavam acompanhamento psicológico, acolhimento em casa de familiar e, em casos mais extremos, o acolhimento residencial. Relativamente à fratria, irmãos do JOS podiam estar, também eles, retirados do agregado familiar, podendo estar acolhidos na mesma instituição.

Para além destas instituições, os JOS tinham contactado anteriormente com o Tribunal, estando a decorrer Processos-Crime e Processos Tutelares Educativos.

Comportamentos desviantes prévios

Nesta categoria foi possível identificar diferentes trajetórias dos JOS. Em primeiro lugar, destaca-se que nem todos tinham adotado comportamentos desviantes antes da ofensa sexual pela qual foram condenados, adotando, até, vários comportamentos adequados e pró-sociais (e.g. participação em atividades pró-sociais, como clubes de desporto e aulas de música).

Alguns dos casos demonstraram uma delinquência generalista, que inclui comportamentos como furtos, vandalismo e agressões físicas. Expressões como “andar às lutas na escola”, “roubar telemóveis” e “partir candeeiros”, utilizadas pelos jovens da amostra, ilustram esta dimensão. Os JOS tinham estes comportamentos em virtude de “procura de adrenalina”, não os considerando grave nem problemáticos. Para além

disto, referiam que não tinham medo, que “ninguém os apanhava” e que os divertia “intimidar”, bem como “ver o medo nos olhos das pessoas”. Neste tipo de trajetória, foi bastante frequente a adoção de comportamentos de oposição e de desafio perante a autoridade, que se manifestavam através do não cumprimento de regras, fuga das instituições em que estavam acolhidos e, ainda, uma desvalorização dos seus atos antissociais, especialmente no que concerne o consumo de substâncias.

Alguns destes comportamentos desviantes foram cometidos em simultâneo com ofensas sexuais, o que levou à instauração de processos de promoção e proteção e/ou de outros processos penais, destacando-se os comportamentos problemáticos associados a grupos de pares desviantes.

Em contrapartida, sugeriram jovens com delinquência sexual exclusiva, sem registo de outros comportamentos desviantes. Entre atos abusivos prévios ao que originou o acompanhamento psicológico no GEAV, salientam-se “toques”, “tentativa de beijos”, “simulação de masturbação” e um que deu origem a um Processo-Crime, em que o indivíduo sujeitou uma vítima do sexo feminino a relações sexuais, em conjunto com o irmão.

Destaca-se, também, o consumo de substâncias, em que o seu início ocorria antes da ofensa sexual. O consumo de estupefacientes era, maioritariamente, “esporádico”, “apenas em festas”. Relativamente ao álcool, há referência a “chegar alcoolizado às aulas”, fator que estava associado a conflitos no meio escolar.

Contexto social e pessoal

Relações interpessoais

De acordo com os processos analisados, estas relações eram, frequentemente, marcadas por instabilidade. Muitos jovens detinham vínculos frágeis com pares, pautados por conflitos ou rejeição, em que eram “vítimas de bullying” e tinham “dificuldades de integração no grupo”. Por outro lado, outros relatavam ter amizades fortes e consolidadas (e.g., “os meus amigos descrever-me-iam como bom amigo”) e referiam ser um dos seus passatempos “estar” e “passear com os amigos”.

Em alguns casos, estavam inseridos em grupos com comportamentos desviantes. Neste contexto, surgiam pressões e influências de pares como algo determinante para a realização de certos comportamentos desviantes (e.g., “só bebo porque os meus amigos insistem” e “faço asneiras com os meus amigos”).

Por vezes, os JOS tinham amizades ajustadas e envolvimento comunitário, como voluntariado e participação religiosa.

Todos os jovens que referiram ter no momento do acompanhamento psicológico uma relação de namoro – todas elas heterossexuais – demonstraram que essas mesmas relações eram pouco estáveis (“não quero saber muito dela”, “sou muito ciumento”) e de curta duração (“a relação durou um mês”, “vamos ser pais, mas separamo-nos”).

Características psicoemocionais e comportamentais

Verificaram-se, ao nível emocional e comportamental, dificuldades significativas de autorregulação, expressas em impulsividade (e.g. “sou impulsivo e por isso sou castigado”), agressividade (e.g. atirar uma cadeira a uma professora), baixa resistência à frustração e tendência para comportamentos de risco (e.g. “faço primeiro e só depois penso”, “não vejo mal, é só para me divertir”).

A maioria dos jovens apresentava instabilidade emocional, marcada por discursos reativos (“não ouvia, apenas respondia sem deixar terminar a frase”) e explosões de raiva em situações de contrariedade (e.g. não aceitar repreensão na sala de aula; “não consigo controlar quando fico com raiva”). Muitos jovens apresentaram dificuldades na compreensão e discriminação de emoções, muitas vezes, centrada apenas na experiência pessoal imediata. Um dos jovens descreveu, por exemplo, que a ansiedade “o paralisava”, enquanto a adrenalina “exaltava-o”, evidenciando dificuldades em lidar com estados emocionais intensos.

Para além disso, um traço característico em todos os indivíduos é a ansiedade. Expressões como “sou muito nervoso”, “a ansiedade paralisa-me” e “tive uma crise de ansiedade” são algumas das que ilustram esta característica. Tal foi possível constatar no decorrer do acompanhamento psicológico, através das atitudes e comportamentos adotados no seio do consultório.

Foram identificados discursos manipuladores, associados a estratégias de controlo interpessoal, bem como a manifestação de ambivalência afetiva em relação a familiares – oscilando entre distanciamento e dependência, sobretudo em jovens provenientes de dinâmicas familiares disfuncionais. Este padrão reforçado nestes contextos mais desestruturados era uma dificuldade acrescida para a construção de vínculos consistentes.

No que respeita o autoconceito, verificaram-se contrastes, na medida em que surgiram sujeitos com baixa autoestima e percepção negativa de si mesmo e outros que revelavam bastante autoconfiança, por vezes até desajustada da realidade.

Para além disso, dois dos jovens tinham défices cognitivos, associados a comportamentos sexualidades de natureza impulsiva e desadaptativa, reforçando a vulnerabilidade emocional e social destes indivíduos.

Contexto familiar

Os contextos familiares revelaram forte presença de fatores de risco. Foram frequentes os relatos de instabilidade familiar, violência doméstica, consumos de estupefacientes e de álcool e dinâmicas disfuncionais. Os JOS presenciaram alguns episódios de conflituosidade entre os progenitores (e.g., “em casa só havia gritos e pancada”), havendo um relato de agressão física ao progenitor, para proteger-se a si próprio e à progenitora de atos de violência doméstica.

A negligência, falta de competências parentais, práticas educativas desadequadas e maus-tratos foram referidos, frequentemente, como algo impactante na infância e no desenvolvimento dos jovens. Alguns dos progenitores auscultados durante o processo de acompanhamento psicológico demonstravam ter consciência deste facto, revelando sentimentos de culpa. Ressalva-se, ainda, que alguns progenitores e irmãos dos jovens tinham, eles próprios, registos criminais, o que reforçou a exposição a modelos desviantes.

Em certos casos, a família foi referida como rede de suporte para o JOS e assumiu um papel de destaque na vida deste, na medida em que os jovens indicavam como figuras de referência o pai, a avó e a mãe, referindo a existência de “vinculação afetiva positiva e sentimento de pertença à família”. As dinâmicas familiares ajustadas também surgiram nesta amostra, nas quais os progenitores tinham emprego, estabilidade financeira e habitacional e demonstravam “orgulho” nos filhos, ainda que com lacunas na supervisão e educação sexual.

A vinculação é algo que merece atenção, na medida em que, não raramente, surgem casos em que está ausente qualquer figura parental na vida do JOS, ou em que há conflitos com os progenitores quando estes estão presentes. Este relacionamento conflituoso ou violento é maioritário com os pais. Relativamente à figura materna, as descrições são mistas – JOS que relatam grande afinidade com a mesma, bem como sentimentos de proteção e uma elevada permissividade (e.g., “a minha mãe nunca me

pôs de castigo”), assim como JOS que revelam “não sentir nada” face à progenitora e não procurarem estabelecer qualquer tipo de relação com a mesma.

Pensamentos e sentimentos

Relativamente às distorções cognitivas, foram observados diferentes tipos de racionalizações e de distorções, nomeadamente, a minimização (“não foi nada de especial”, “foi uma brincadeira”, “foi algo que aconteceu”), a negação/culpabilização da vítima (“ele já me tinha procurado antes”, “tem tiques de mulher”, “as crianças tiveram iniciativa”) e desresponsabilização (“não sei o que aconteceu”, “nunca tinha pensado nisto antes”, “está a acusar-me disto porque está chateado comigo”). O egocentrismo é algo possível de constatar nesta amostra, na medida em que JOS afirmam que “não senti nada, mas estava centrado em mim próprio”, “se tivesse gostado, tinha repetido”.

Verificaram-se, ainda, défices de empatia e de ressonância afetiva (“não sei o que sentiu”, “não penso em como ele está”, “deve ter ficado com trauma, provavelmente”), bem como frieza emocional (“nunca passei pelo mesmo para saber como é”, “só penso no assunto quando vou a tribunal”).

A manifestação de sentimentos de vergonha, culpa e/ou arrependimento era, sobretudo, associada a medo das consequências judiciais dos seus atos e receio do julgamento social (e.g. “tenho medo de que pensem que sou anormal”), sendo que apenas uma minoria reconheceu a gravidade e expressou arrependimento genuíno. Para além disso, centravam-se nas consequências pessoais, mais do que no sofrimento da vítima (“isto afetou a minha vida social”, “não sei quais foram as consequências para ele”).

A adesão às normas sociais e às regras foi maioritariamente determinada de forma extrínseca e não por uma efetiva integração de valores ou normas (e.g., “só faço porque, se não, levo castigo”). Vários jovens apresentaram estereótipos associados a papéis de género e a desigualdade de género, referindo aspetos como “as raparigas usam rosa”, “a profissão delas é cozinhar e limpar a casa” e “os rapazes podem sair mais à noite”.

Nas atitudes face à sexualidade, emergiram lacunas de conhecimento (e.g., “nunca aprendi nada sobre isto”, “não sei o que é a puberdade”) e crenças distorcidas, como “os métodos contracetivos é com as mulheres”, “tem de se fazer tudo para agradar o outro nas relações”, ideias de que “todos os jovens querem ter estas experiências

sexuais” e que o consentimento está implícito “não precisa de ser algo explícito”. Alguns jovens revelaram medo do estigma ligado à homossexualidade, referindo que “isto não afeta a minha orientação sexual” e, ainda, sentir “vergonha pela possibilidade de ser considerado homossexual”.

Em alguns casos surgiram histórias de vitimação sexual prévia, reveladas apenas durante o acompanhamento psicológico. Um dos jovens que abusou de um colega em contexto institucional referiu “os mais velhos também me fizeram isto, algumas vezes”, o que remete para um ciclo de abusos intra-instituição. Também noutro caso é referido que o JOS tinha sido sexualmente abusado em contexto institucional.

Características da ofensa

As ofensas incluíram, sobretudo, abuso sexual de crianças e coação sexual. O abuso incluía atos como penetração anal, vaginal e oral e, ainda, masturbação do próprio ofensor. Muitos ocorreram em contextos de proximidade – casa, casa da vítima e casas de acolhimento –, aproveitando-se de momentos de menor supervisão.

As vítimas eram maioritariamente rapazes, com idades entre os 4 e os 15 anos. Apenas num caso a vítima era desconhecida para o jovem agressor, sendo que, maioritariamente, era familiar – irmãos ou primos. O caso analisado em que a vítima era desconhecida, foi, também, o único em que a vítima era mais velha do que o ofensor. As ofensas cometidas contra familiares enquadravam-se em tipologias de abuso sexual de crianças e as cometidas no seio de acolhimento residencial em abusos de pares, dada a proximidade de idades.

Algumas ofensas foram reiteradas ao longo de meses sobre a mesma vítima, acompanhadas de imposição de segredo (e.g., “era a nossa brincadeira secreta”). Havia, também, recurso a violência física ou manipulação (e.g., “disse-lhe que, se contasse a alguém, lhe batia”). Para além disto, um JOS referiu que “o corpo gostava, mas a minha mente dizia que era errado”, relatando o “ciclo vicioso” de ofensas sexuais que perpetrrou contra a vítima.

Relativamente à denúncia, esta foi maioritariamente realizada pelas vítimas, que contaram as ocorrências a familiares ou a profissionais, como professores ou psicólogos, por sentirem dores (e.g., “queixou-se do rabo”) ou por saberem que aqueles atos não seriam adequados e/ou por os quererem interromper (e.g., “se não contasse, isto não ia parar”). Noutras situações, sinais de sofrimento “cuecas com sangue” ou

tentativas contra novas vítimas “ia fazer o mesmo ao meu irmão” permitiram a descoberta.

Os JOS não compartilharam informações sobre as ofensas por si perpetradas com praticamente nenhuma pessoa, que não os atores judiciais ou os profissionais que estavam a conduzir intervenções junto destes; apenas os familiares mais próximos estavam ao corrente da situação. Com os amigos não eram, na maioria dos casos, partilhadas informações sobre as ofensas sexuais e havia receio do estigma e da avaliação negativa decorrente do conhecimento dos seus atos (e.g., “o medo do que as pessoas possam pensar de mim”, medo de que “se afastem de mim”).

No decurso do Processo Tutelar Educativo, foram aplicadas medidas aos JOS, que envolveram, em grande parte dos casos, a frequência de programas de educação sexual e de prevenção da violência sexual e da reincidência, enquanto obrigação imposta pelos magistrados. Para além desta consequência, os JOS revelaram impactos como “dificuldade em dormir”, “maior ansiedade”, “isolamento” (e.g., “só saio do quarto para comer”) e sintomas associados a ansiedade e depressão. Alguns sofreram represálias de pares e tiveram de mudar de residência devido a ameaças (“ameaças e bocas”).

Pós-tratamento e perspetivas futuras

O tratamento não foi realizado de igual forma com todos, dados os níveis de compromisso e de motivação diferenciados que os JOS apresentavam face ao acompanhamento psicológico (e, em alguns casos, também médico / pedopsiquiátrico). A resistência em abordar as ofensas sexuais perpetradas, assim como outras dinâmicas da sua vida pessoal, também dificultaram o desenvolvimento das intervenções.

Verificou-se, assim, que os percursos terapêuticos dos jovens da amostra foram heterogêneos. Alguns jovens mostraram elevada adesão ao programa e projetavam objetivos de mudança (e.g., “quero ser feliz e orgulhar os meus pais”, “só quero que o processo termine para mudar a página”). Para além disto, procuravam investir na formação académica e, posteriormente, ingressar no meio laboral.

Outros, porém, não aderiram aos processos de intervenção e não assumiam a necessidade de mudança psicoemocional e comportamental, tendo a análise do risco de reincidência indicado, em alguns casos, a probabilidade de reincidirem no mesmo tipo de comportamento abusivo ou noutros comportamentos delinquentes.

Discussão dos resultados

Os resultados demonstraram que a delinquência sexual juvenil é um fenômeno multifatorial, onde se cruzam fatores individuais, familiares, escolares e sociais. A articulação com a literatura permitiu identificar padrões amplamente documentados, mas também especificidades desta amostra.

A identificação exclusiva de processos de rapazes, com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos, está em sintonia com a maior incidência de ofensores do sexo masculino na fase da adolescência (Seto, 2008). Esta é uma fase de grandes transformações biológicas, cognitivas, emocionais e sociais. Tal com sublinha Farrington (2005), trata-se de um período de maior vulnerabilidade a comportamentos transgressores e da influência de pares. A adolescência constitui uma etapa de intensa transformação e procura identitária, em que os jovens procuram definir quem são e afirmar-se socialmente, sendo, simultaneamente, mais sensíveis à recompensa, à influência dos pares e à tendência acrescida para a exploração de novos comportamentos. Este processo, marcado quer por instabilidade, quer pelo desenvolvimento de estratégias de regulação emocional, torna-os particularmente vulneráveis a condutas de risco e comportamentos transgressores (Blackmore & Mills, 2014; Steinberg, 2014).

No presente estudo foi possível verificar estas dinâmicas, em que vários jovens manifestaram a procura de estatuto social, a influência a pressão de pares, dificuldades em lidar com emoções e, ainda, insegurança relativamente à sua própria identidade. Desta forma, considera-se que a adolescência, enquanto período de construção identitária, pode amplificar os riscos de envolvimento em condutas abusivas. Assim sendo, a intervenção precoce deve considerar as vulnerabilidades próprias desta etapa da vida, englobando estratégias que trabalhem não apenas fatores de risco externos, mas também competências socioemocionais, motivacionais e de construção identitária (Ryan & Deci, 2000; Steinberg, 2014).

O insucesso escolar precoce e as múltiplas retenções, especialmente no 1.º e 3.º ciclos, reforçam a associação entre dificuldades académicas e a delinquência, proposta por Lober e Farrington (2012) e Moffitt (1993). Os jovens da amostra utilizaram expressões que traduziam a alienação e a rejeição institucional, sendo de ressaltar que tal pode levar a uma maior disponibilidade de tempo e aproximação a pares desviantes (Haynie, 2002).

Em período anterior ao contacto com o GEAV, uma maioria da amostra já tinha tido contacto com outras instituições, como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e, alguns, com o próprio Sistema de Justiça. As sinalizações a estes serviços demonstram trajetórias marcadas por algum tipo de disfuncionalidade familiar e social, em consonância com estudos que indicam que contactos precoces com serviços de proteção ou justiça constituem marcadores de risco cumulativo (Farrington, 2005; Lober et al., 2003). Tal como sublinhado por Smallbone e colegas (2008), estes dados reforçam a necessidade de compreender as ofensas sexuais juvenis num quadro mais amplo de vulnerabilidades ecológicas.

Uma característica muito frequente na amostra é a institucionalização. Este dado reflete percursos de risco acumulado, frequentemente associados a contextos familiares marcados por negligência, violência ou absentismo parental, em linha com descrições feitas por Barroso, Manita e Nobre (2012). Os abusos ocorridos no seio de casas de acolhimento, analisados no âmbito deste estudo, são consonantes com os dados dos estudos de Barter (2004) e Timmerman e Schreuder (2014), na medida em que a convivência entre estes pares, combinada com défices de supervisão, aumentou significativamente o risco de violência sexual. Salienta-se que, seja qual for a medida tomada em sede institucional, com vista a uma maior eficácia, estas devem incluir programas psicoeducativos consistentes (Ryan, 2006; Worling & Langstrom, 2003).

A análise dos casos da amostra revelou diferentes trajetórias relativamente ao envolvimento em comportamentos delinquentes prévios. Uma parte dos jovens não apresentava histórico de comportamentos desviantes, antes da ofensa sexual, sendo descritos como integrados em rotinas escolares ou familiares e com práticas de natureza pró-social. Este dado reforça a ideia de que a delinquência sexual juvenil não emerge necessariamente em continuidade com uma carreira delincente mais generalista, mas pode surgir de forma independente ou isolada (Seto, 2008; Worling & Langstrom, 2006).

Por outro lado, alguns JOS evidenciaram trajetórias marcadas por comportamentos delinquentes prévios, incluindo furtos, consumos e agressões, bem como, em certos casos, comportamentos de natureza sexual anteriores à ofensa que originou o processo. Estas situações enquadram-se na tipologia que distingue ofensores sexuais “experimentais” de “persistentes” (Ryan, 2006; Seto & Lalumière, 2010), sendo que os últimos apresentam maior probabilidade de reincidência e risco acrescido.

Desta forma, a amostra do presente estudo reflete, tanto jovens que iniciaram a sua conduta delinquente pela ofensa sexual, como outros cujas trajetórias revelam já uma acumulação de comportamentos de risco, consistentes com as descrições de percursos mais estáveis de delinquência (Loeber & Farrington, 2012).

Os vínculos frágeis e a associação a pares desviantes confirmam a influência e pressão de pares, profusamente relatada nesta fase de vida. Na amostra, vários jovens revelaram adotar comportamentos desviantes em contexto coletivo, estando integrados em grupos de pares com fracos vínculos pró-sociais. Estes dados vão ao encontro da observação de Haynie (2002), de que os pares desempenham um papel central na manutenção de atos delinquentes, funcionando, até, como contexto de reforço social. Ao mesmo tempo, demonstram que a pertença a grupos desviantes pode constituir um fator de risco relevante para a persistência da delinquência juvenil (Warr, 2002).

Para além das dinâmicas de pares desviantes, emergiram, também, experiências de rejeição social, incluindo bullying e exclusão em contexto escolar, que acentuaram sentimentos de isolamento. Estudos longitudinais demonstram que a vitimação por pares está associada a défices de autoestima e a trajetórias de risco mais consistentes (Hawker & Boulton, 2000; Ttofi & Farrington, 2011).

Outro aspeto relevante diz respeito a relações de namoro. Estas mostraram-se instáveis e de curta duração, padrão que indicia que, embora procurem relações afetivas e sexuais semelhantes às dos seus pares, estes jovens apresentam défices de competências socioemocionais que dificultam a construção de vínculos íntimos duradouros. Worling e Curwen (2000) descrevem que os JOS tendem a apresentar relações íntimas marcadas por instabilidade e dificuldade em manter proximidade emocional, enquanto van Wijk e colegas (2006) sublinham a tendência para padrões relacionais superficiais, em que a ligação afetiva é secundária, face a necessidades de afirmação pessoal ou sexual.

A presença de violência doméstica, negligência e consumo, especialmente, de álcool, no contexto familiar dos indivíduos, reforça o peso dos fatores ecológicos (Smallbone & Cale, 2015). É preciso, de igual forma, atentar a modelos parentais desviantes, como pais com antecedentes criminais, que poderão transmitir padrões de risco intergeracionais (Marshall, 2001). As dinâmicas encontradas são consistentes com estudos que ligam disfunções familiares ao envolvimento em delinquência sexual, como, por exemplo, Miner e colegas (2006).

As características individuais dos jovens revelaram impulsividade, agressividade e défices de autorregulação, em linha com os dados de Worling e Langstrom (2006). A estas somaram-se distorções cognitivas, sobretudo a minimização, atribuição de culpa a terceiros ou a fatores externos, e o não assumir da responsabilidade pelas suas ações. Os JOS da amostra demonstraram, ainda, falhas na compreensão do consentimento no âmbito do relacionamento sexual e uma forte influência de estereótipos e papéis tradicionais de género. Tal como proposto por Gannon e Polascheck (2006), estas distorções eram estruturas resistentes e estavam associadas a défices de empatia e a uma moralidade extrínseca, na medida em que não consideravam os sentimentos das vítimas e levavam os jovens a cumprir regras com base em esquemas extrínsecos e não a uma moralidade interna.

A ressonância afetiva destes indivíduos é, também ela, limitada. O arrependimento dos JOS era focado somente nas consequências pessoais que advieram das ações antissociais e, raramente, nos impactos negativos para a vítima e para a sociedade. Este padrão, de igual forma identificado por Marshall e colegas (1995), sugere défices no desenvolvimento socioemocional dos sujeitos.

No que concerne a sexualidade, esta é uma dimensão que surgiu marcada por estigmas e receios, bem como por desconhecimento e falta de educação sexual estruturada. Muitos jovens demonstraram lacunas significativas relativamente a noções básicas de consentimento, intimidade saudável e limites pessoais. Esta ausência de conhecimento associa-se a perceções distorcidas sobre a sexualidade, à naturalização de estereótipos de género e à dificuldade em identificar o impacto das suas ações.

Estes dados, relativos à falta de educação sexual precoce e adequada estão em consonância com estudos prévios, que evidenciam como a ausência de referências educativas claras potencia interpretações distorcidas sobre a sexualidade e sobre as relações de poder entre géneros (Martinez-Prather & Vandiver, 2014). Também Chaffin (2008) e Wurtele e Kenny (2010) enfatizam que jovens sem educação sexual formal tendem a recorrer a estereótipos simplistas ou a aprendizagens desviantes, aumentando a probabilidade de comportamentos de risco.

Ainda surgiram casos de vitimação sexual prévia. Embora não fosse referido na maioria dos casos, é um fator de relevo, na medida em que são vários os estudos acerca do ciclo vítima-ofensor (e.g. Glasser et al., 2001; Jespersen et al., 2009). Estas experiências foram mantidas em segredo, ligando-se a défices de regulação emocional

e a distorções cognitivas mais enraizadas (Ward & Beech, 2006). Tal como acrescenta Burton (2003), a vitimação pode favorecer a internalização dessas distorções, nomeadamente, perceções erradas sobre sexualidade e consentimento, funcionando como mecanismo de racionalização do comportamento ofensivo.

Quanto à ofensa em si, a mais comum entre os JOS da amostra foi o abuso sexual de crianças, com atos de penetração anal, vaginal e/ou oral. A medida maioritariamente aplicada foi a imposição de obrigações, que implicava a frequência de programa formativo a nível sexual, o que reflete o carácter educativo que o sistema de justiça juvenil adota.

A maioria das vítimas era conhecida do agressor, incluindo familiares, colegas e jovens em instituições de acolhimento. Seto (2008) já havia identificado esta prevalência da proximidade e Barter e colegas (2004) demonstraram a vulnerabilidade acrescida em contextos institucionais.

No que respeita aos locais, as ofensas ocorreram sobretudo em residências familiares e em divisões das casas de acolhimento. O elemento comum a estes locais era a falta de supervisão e o sentido de oportunidade que os JOS tinham. Estes dados alinham-se com as conclusões de Chaffin (2008), que sublinha a falta de supervisão adulta como um importante facilitador do abuso. Também Smallbone e colegas (2008) defendem que as ofensas juvenis emergem mais frequentemente em locais que não sejam públicos, refletindo a oportunidade criada por relações de proximidade.

Alguns casos envolveram ofensas reiteradas contra a mesma vítima, ao longo de meses. As estratégias utilizadas incluíram manipulação, segredo e, por vezes, coerção física, reforçando a dinâmica de poder sobre vítimas em posição de vulnerabilidade. Estes padrões confirmam que, quando a vítima é próxima e existe oportunidade de acesso continuado, a repetição do abuso torna-se mais provável, tal como apontado por Smallbone e colegas (2008).

Outro dado relevante foi a prevalência de vítimas masculinas, especialmente em instituições de acolhimento. Embora a literatura clássica refira maior prevalência de vítimas femininas (Seto, 2008), os rapazes em instituições são particularmente vulneráveis, devido à convivência próxima, ausência de supervisão e normalização de violência entre pares (Barter et al., 2004).

Os impactos das ofensas sexuais revelaram-se multidimensionais, afetando, não apenas as vítimas, diretamente, mas também os ofensores e terceiros significativos. No que respeita às vítimas, observam-se consequências emocionais e relacionais

expressivas, como retraimento social, medo persistente e dificuldades no desempenho escolar, para além das consequências físicas que, especialmente crianças, apresentam, decorrentes deste tipo de abusos. Estes resultados estão em consonância com a literatura que tem documentado os efeitos adversos do abuso sexual (e.g. Hébert et al., 2017; Maniglio, 2009; Mathews & Collin-Vézina, 2019; Trickett et al., 2011) e que referem vulnerabilidade acrescida a perturbações emocionais e dificuldades de integração social.

Nos ofensores, os dados evidenciaram sentimentos de vergonha, medo de estigmatização e isolamento social, frequentemente acompanhados por sinais de tristeza e, até, sintomatologia depressiva num dos indivíduos. A dificuldade em assumir responsabilidade pelas suas ações desviantes foi, em muitos casos, articulada com o receio do julgamento alheio, confirmando que os mecanismos de defesa usados para evitar a exclusão social podem conduzir ao isolamento e à solidão, o que agrava a vulnerabilidade emocional (Marshall, 2011; Worling, 2001).

Para além destes efeitos intrapsíquicos, observaram-se, também, impactos sociais e contextuais relevantes. Vários jovens mudaram de residência e/ou de agregado familiar, por serem ameaçados na sua área de residência, para não manterem contacto com as vítimas, ou foram institucionalizados, em virtude da medida aplicada. Estas consequências confirmam que as ofensas sexuais têm repercussões que ultrapassam a dimensão individual, estendendo-se à vida comunitária, familiar e institucional, em linha com a literatura que descreve a estigmatização social e as medidas de afastamento como respostas frequentes neste tipo de trajetórias (Barroso et al., 2012; Cale & Lussier, 2011; Mercado et al., 2008; Veneziano & Veneziano, 2002)

Relativamente a terceiros significativos, tanto as famílias como as instituições de acolhimento revelaram-se afetadas. As primeiras vivenciaram sentimentos de tristeza, desorganização e vergonha, enquanto, nas instituições de acolhimento, se verificou alterações na distribuição de jovens e na dinâmica de funcionamento, já que tiveram de reforçar a supervisão, especialmente dos JOS. Estes impactos confirmam os dados de Barter (2004) e Timmerman e Schreuder (2014), que destacam como as ofensas sexuais em contextos institucionais fragilizam, não apenas as vítimas diretas, mas também a coesão e o funcionamento coletivo.

A análise dos casos revelou que, após o contacto com o GEAV e a aplicação de medidas tutelares educativas, os jovens apresentaram trajetórias distintas, refletindo diferentes níveis de mudança e de internalização das intervenções realizadas. No geral,

observou-se maior consciência das consequências das suas ações e uma assunção, por vezes, parcial de responsabilidade, traduzida na capacidade de refletir sobre o impacto da ofensa e de reconhecer a necessidade de alterar comportamentos. Contudo, existiram JOS que mantiveram a resistência em abordar o assunto e, assim, a responsabilização foi mais limitada, permanecendo presentes distorções cognitivas e dificuldades na gestão emocional, bem como a persistência de comportamentos de risco, especialmente os associados ao consumo de substâncias e a conflitos em contexto escolar.

Estes resultados vão ao encontro da literatura que alerta para a heterogeneidade na resposta dos jovens a programas de intervenção. Reitzel e Carbonell (2006) e Worling e Curwen (2000) demonstraram que programas especializados, quando consistentes e com orientação cognitivo-comportamental, podem reduzir significativamente o risco de reincidência. Todavia, destaca-se que a eficácia depende da motivação individual e da continuidade das intervenções. O acompanhamento realizado pelo GEAV, refletido nos dados da amostra, confirma que os efeitos mais positivos ocorreram em jovens que beneficiaram de acompanhamento regular e estruturado, ao passo que a instabilidade de frequência e a desmotivação estiveram associadas a mudanças menores.

A transição destes jovens para a vida adulta surge, assim, como um momento crítico. Estudos longitudinais têm revelado que a inserção profissional, a existência de suporte familiar e a construção de redes pró-sociais funcionam como fatores protetores essenciais, enquanto a ausência destes elementos aumenta a probabilidade de persistência em condutas transgressoras (Lösel e Farrington, 2012; Worling & Langstrom, 2006;). Os dados da amostra sugerem precisamente essa dualidade, na medida em que jovens inseridos em contextos de maior supervisão e apoio tenderam a projetar mudanças mais consistentes, enquanto os que mantiveram trajetórias de contacto com pares desviantes revelaram maior vulnerabilidade ao risco de reincidência, bem como uma desmotivação maior em mudar, sem ter projeções para o futuro.

Conclusão

A delinquência sexual juvenil é um fenómeno multideterminado e dotado de elevada complexidade, e a sua análise exige a integração de dimensões individuais, familiares, escolares e institucionais. O presente estudo permitiu aprofundar a compreensão desta temática, através da análise qualitativa de percursos de JOS acompanhados no GEAV. Esta análise permitiu identificar fatores de risco e de manutenção, bem como diferentes trajetórias de envolvimento em comportamentos sexualmente abusivos.

Entre os aspetos mais relevantes destacou-se a presença de distorções cognitivas persistentes, relacionadas com a minimização do ato, atribuição de culpa à vítima, falta de responsabilização, desvalorização do consentimento e, ainda, a adesão a crenças estereotipadas sobre género e sexualidade. Estes elementos revelaram-se não apenas um mecanismo de justificação das condutas, mas também um fator fulcral na manutenção dos comportamentos, devido ao facto de dificultarem o reconhecimento do impacto causado e da responsabilização pelos seus atos.

Outro resultado significativo prende-se com a diversidade de trajetórias observadas entre os jovens. Identificaram-se casos de delinquência sexual exclusiva, jovens com comportamentos generalistas e situações de persistência nas ofensas sexuais. Esta heterogeneidade evidencia que a violência sexual juvenil não deve ser entendida como um fenómeno homogéneo. Assim sendo, a articulação entre distorções cognitivas e trajetórias de ofensa constitui um eixo de análise promissor, que poderá ajudar a explicar a razão de alguns jovens desistirem, enquanto outros mantêm os padrões abusivos por mais tempo.

Apesar da relevância dos resultados, é importante reconhecer as limitações associadas ao presente estudo. Em primeiro lugar, o tamanho reduzido da amostra e a natureza dos dados não permitem generalizações. Para além disto, a ausência de um seguimento longitudinal – já que os processos terminavam assim que o programa era cumprido – impossibilitou a avaliação da evolução das trajetórias e a transformação das crenças ao longo do tempo.

Estas limitações apontam direções relevantes para futuras investigações. A inclusão de amostras mais alargadas permitirá aprofundar a análise do papel das distorções cognitivas e das trajetórias diferenciadas. O recurso a metodologias mistas, que combinem métodos quantitativos e qualitativos, poderá oferecer uma compreensão mais completa relativamente à formação, transformação e manutenção destas crenças

e, ainda, à forma como se refletem em percursos distintos. Por fim, a realização de estudos longitudinais revela-se fundamental, a fim de acompanhar a evolução dos jovens ao longo do tempo, permitindo a identificação de fatores que promovem a desistência ou a manutenção da delinquência sexual.

Para além dos contributos científicos do nosso estudo, os resultados obtidos têm implicações práticas. Os dados destacam a necessidade de programas de intervenção que combinem reestruturação cognitiva, educação sexual estruturada, desenvolvimento de competências emocionais e sociais e, ainda, apoio familiar e institucional. Estes programas devem ser sempre ajustados às diferentes trajetórias delinquentiais

Este estudo evidencia, em suma, o papel central das distorções cognitivas e da diversidade de percursos na delinquência juvenil sexual, sublinhando que apenas uma intervenção integrada e centrada nestas dimensões poderá prevenir a reincidência, proteger as vítimas e favorecer a reintegração social do ofensor.

Bibliografia

Aebi, M., Vogt, G., Plattner, B., Steinhausen, H., & Bessler, C. (2011). Offender types and criminality dimensions in male juveniles convicted of sexual offenses. *Sex Abuse: a Journal of Research and Treatment*, 24(3), 265-288. <https://doi.org/10.1177/1079063211420449>

Anderson, C. A. & Huesmann, L. R. (2003). Human aggression: a social cognitive view. In M. A. Hogg & J. Cooper, *The Sage Handbook of Social Psychology*, Thousand Oaks: Sage Publication.

Atkinson, T. L. (1996). Female juvenile sex offenders: Committing crimes against children. *Journal of Child Sexual Abuse*, 5(3), 1–21.

Bancroft, J. (2006). Normal sexual development. In H. Barbaree, & W. Marshall, *The Juvenile Sex Offender* (pp. 19-57). New York: Guilford.

Barbaree, H. E., Marshall, W. L., & Eccles, A. (1998). The development of sexual aggression through the lifespan: The role of adverse early experiences. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 528(1), 59–71. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.2003.tb07293.x>

Barbaree, H. E. & Marshall, W. L (2006), *The Juvenile Sex Offender*. New York: Guilford Publications.

Barriga, A., Gibbs, J., Potter, G., & Liau, A. (2001). *How I Think Questionnaire Manual*. Illinois: Research Press.

Barriga, A.Q., & Gibbs, J.C. (1996). Measuring Cognitive Distortion in Antisocial Youth: Development and Preliminary Validation of the “How I Think” Questionnaire. *Aggressive Behavior*, 22(5), 333-343. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1098-2337\(1996\)22:5<333::AID-AB2>3.0.CO;2-K](https://doi.org/10.1002/(SICI)1098-2337(1996)22:5<333::AID-AB2>3.0.CO;2-K)

Barroso, R., Manita, C., & Nobre, P. (2010). A avaliação do risco de reincidência em agressores sexuais: Limitações e contributos do modelo de risco-necessidade-responsividade. *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*, 29(1), 35–49.

Barroso, R., Manita, C., & Nobre, P. (2010, September 7–10). *A comparison of the behavior problems and sexuality variables in juvenile sexual offenders and non-sexual offenders*. In Forensische Psychiatrie und Psychotherapie, 17(Suppl. 2), 183. 2nd International Congress of the European Association for Forensic Child and Adolescent Psychiatry, Psychology and other involved Professions (EFCAP), Basel, Switzerland.

Barter, C., Renold, E., Berridge, D., & Cawson, P. (2004). *Peer violence in children's residential care*. Palgrave Macmillan.

Bartol & Bartol (2012). *Introduction to Forensic Psychology*. Thousand Oaks: SAGE publications, Inc.

Bastos, K. R. P., Costa, L. F., Costa, C. R. B., & Almeida, T. M. C. (2021). Características dos adolescentes ofensores sexuais e de suas vítimas: Um estudo de processos judiciais. *Saúde e Sociedade*, 30(1), 181-112. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021181112>

Beck, A. T. (1976). *Cognitive therapy and the emotional disorders*. New York, NY: International Universities Press.

Becker, J. V. & Hicks, S. (2003). Juvenile sexual offenders: characteristics, interventions and policy issues. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 989, 397-410. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.2003.tb07321.x>

Becker, J. V. (1998). What we know about the characteristics and treatment of adolescents who have committed sexual offenses. *Child Maltreatment*, 3(4), 317-329.

Beckett, R. (2005). Theories of child sexual abuse. In M. Calder (Ed.), *Children and young people who sexually abuse: New theory, research and practice developments* (pp. 24–38). Russell House.

Benson, P. L., Scales, P. C., Hamilton, S. F., & Sesma, A. (2006). Positive youth development. In R. M. Lerner (Ed.), *Handbook of child psychology* (pp. 894–941). Wiley.

Berg, B. L., & Lune, H. (2012). *Qualitative research methods for the social sciences* (8th ed.). Pearson.

Blakemore, S. J., & Mills, K. L. (2014). Is adolescence a sensitive period for sociocultural processing?. *Annual review of psychology*, 65, 187–207. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010213-115202>

Blumenthal, S., Gudjonsson, G., & Burns, J. (1999). Cognitive distortions and blame attribution in sex offenders against adults and children. *Child Abuse & Neglect*, 23(2), 129–143.

Braga, T., & Gonçalves, R. A. (2013). Juvenile delinquency: Analysis of risk and protective factors. *Portuguese Journal of Social Science*, 12(2), 139–157.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101

Broidy, L. M., Nagin, D. S., Tremblay, R. E., Brame, B., Dodge, K. A., Fergusson, D., Horwood, L. J., Loeber, R., Laird, R., Lynam, D. R., Moffitt, T. E., Bates, J. E., Pettit, G. S., & Vitaro, F. (2003). Developmental trajectories of childhood disruptive behaviors and adolescent delinquency: A six-site, cross-national study. *Developmental Psychology*, 39(2), 222–245.

Burk, L. & Burkhart, B. (2003). Disorganized attachment as a diathesis for sexual deviance: developmental experience and the motivation for sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 8(5), 487-511.

Burton, D. L. (2003). Male Adolescents: Sexual Victimization and Subsequent Sexual Abuse. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 20(4), 277–296. <https://doi.org/10.1023/A:1024556909087>

Butler, S. M., & Seto, M. C. (2002). Distinguishing two types of adolescent sex offenders. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 41(1), 83-90. <https://doi.org/10.1097/00004583-200201000-00015>

Calder, M. (2005). *Young people who sexually abuse: Building the evidence base for your practice*. Lyme Regis: Russell House.

Caldwell, M. F. (2008). Study characteristics and recidivism base rates in juvenile sex offender recidivism. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52(2), 153–174.

Caldwell, M. F. (2010). Study characteristics and recidivism base rates in juvenile sex offender recidivism. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54(2), 197–212. <https://doi.org/10.1177/0306624X08330016>

Cale, J., Lussier, P., McCuish, E., & Corrado, R. (2016). The prevalence of sexual offending among adolescents and the applicability of adolescent-limited and life-course persistent models of antisocial behavior to sexual offenders. *Child Abuse & Neglect*, 55, 53–63.

Capaldi, D. M., & Owen, L. D. (2001). Physical aggression in a community sample of at-risk young couples: Gender comparisons for high frequency, injury, and fear. *Journal of Family Psychology*, 15(3), 425–440.

Caridade, S. (2011). *Violência nas relações de intimidade: Perspetivas teóricas e dados empíricos*. Afrontamento.

Case, S., & Smith, R. (2010). The life course of delinquency. In R. Smith (Ed.), *Youth justice: Ideas, policy, practice* (pp. 60–77). Routledge.

Chaffin, M. (2008). Our minds are made up--Don't confuse us with the facts: Commentary on policies concerning children with sexual behavior problems and juvenile sex offenders. *Child Maltreatment*, 13(2), 110–121. <https://doi.org/10.1177/1077559508314510>

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos. (2024). *Relatório anual 2024*. Lisboa: Ministério da Justiça.

Cortoni, F., & Gannon, T. (2016). Female sexual offenders. In A. Phenix & H. Hoberman (Eds.), *Sexual offending: Predisposing antecedents, assessments and management* (pp. 212–229). Springer.

Cortoni, F., & Hanson, R. K. (2005). A review of the recidivism rates of adult female sexual offenders. *Public Safety and Emergency Preparedness Canada*.

Cortoni, F., Hanson, R. K., & Coache, M.-È. (2010). The recidivism rates of female sexual offenders are low: A meta-analysis. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 22(4), 387–401. <https://doi.org/10.1177/1079063210372142>

Cunha, M. I. (2014). Políticas públicas e delinquência juvenil: Entre a prevenção e a repressão. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 104, 45–68.

Curwen, T. (2003). The relationship between cognitive distortions and risk in sexual offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 9(2), 135–145.

Daversa, M. T., & Knight, R. A. (2007). A structural examination of the predictors of sexual coercion against children in adolescent sexual offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 34(10), 1313–1333. <https://doi.org/10.1177/0093854807302411>

Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro. Regime especial aplicável a jovens delinquentes com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos.

Denov, M. S. (2003). *The myth of innocence: Sexual scripts and the recognition of child sexual abuse by female perpetrators*. *Journal of Sex Research*, 40(3), 303–314.

Denov, M. S. (2004). *Perspectives on female sex offending: A culture of denial*. Ashgate.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2011). *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (4th ed.). Sage

Durão, S. (2021). Políticas de inclusão e intervenção social na prevenção da delinquência juvenil em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 96, 35–54.

Epps, K. & Fisher, D. (2004). A review of the research literature on young people who sexually abuse. In G. O' Reilly, W. Marshall, A. Carr, & R. Beckett, *The*

Handbook of Clinical Intervention with People who Sexually Abuse (pp. 62-102). East Sussex: BrunnerRoutledge.

Epps, K., & Fisher, D. (2004). A review of the research literature on young people who sexually abuse. In M. Calder (Ed.), *Young people who sexually abuse: Building the evidence base for your practice* (pp. 21–38). Lyme Regis: Russell House.

Espelage, D. L., & Holt, M. K. (2001). Bullying and victimization during early adolescence: Peer influences and psychosocial correlates. *Journal of Emotional Abuse*, 2(2–3), 123–142.

Espelage, D. L., & Swearer, S. M. (2003). Research on school bullying and victimization: What have we learned and where do we go from here? *School Psychology Review*, 32(3), 365–383.

Evans, S. Z., Simons, L. G., & Simons, R. L. (2000). The effect of childhood and adolescent conditions on trajectories of deviant behaviors in young adulthood. *Journal of Developmental and Life-Course Criminology*, 6(3), 209–232.

Fanniff, A. & Kolko, D. (2012). Victim age-based subtypes of juveniles adjudicated for sexual offenses: comparisons across domains in an outpatient sample. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 24(3), 224-264. <https://doi.org/10.1177/1079063211416516>

Farrington, D. P. (2004). Conduct disorder, aggression, and delinquency. In R. M. Lerner & L. Steinberg (Eds.), *Handbook of adolescent psychology* (pp. 627–664). Wiley.

Farrington, D. P. (2005). Childhood origins of antisocial behavior. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 12(3), 177–190. <https://doi.org/10.1002/cpp.448>

Farrington, D. P., & Murray, J. (2010). Family factors in the development of offending. In R. Loeber et al. (Eds.), *Violence and serious theft* (pp. 202–230). Routledge.

Farrington, D. P., & Ttofi, M. M. (2011). Protective and promotive factors in the development of offending. In T. Bliesener et al. (Eds.), *Antisocial behavior and crime* (pp. 71–88). Hogrefe.

Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research* (4th ed.). Sage Publications Ltd.

Flouri, E., & Panourgia, C. (2011). Adverse life events and emotional and behavioural problems in adolescence: The role of cognitive ability and negative cognitive errors. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 39(2), 281–291.

Gannon, T. A., & Polaschek, D. L. L. (2006). Cognitive distortions in child molesters: A re-examination of key theories and research. *Clinical Psychology Review*, 26(8), 1000–1019. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2005.11.010>,

Garrido, E. (2005). *La prevención de la delincuencia juvenil*. Ariel.

Glasser, M., Kolvin, I., Campbell, D., Glasser, A., Leitch, I., & Farrelly, S. (2001). Cycle of child sexual abuse: Links between being a victim and becoming a perpetrator. *British Journal of Psychiatry*, 179(6), 482–494. <https://doi.org/10.1192/bjp.179.6.482>

Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford University Press.

Gretton, H. M., McBride, M., Hare, R. D., O'Shaughnessy, R., & Kumka, G. (2011). Psychopathy and recidivism in adolescent sex offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 28(4), 427–449. <https://doi.org/10.1177/009385480102800403>

Gubbels, J., van der Put, C. E., & Assink, M. (2023). Risk and protective factors for juvenile delinquency: A meta-analytic review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 26(1), 1–28.

Hart-Kerkhoffs, L. A., Doreleijers, T. A., Jansen, L. M., van Wijk, A., & Bullens, R. (2009). Offense related characteristics and psychosexual development of juvenile sex offenders. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 3(19), 1–11. <https://doi.org/10.1186/1753-2000-3-19>

Hawker, D. S. J., & Boulton, M. J. (2000). Twenty years' research on peer victimization and psychosocial maladjustment: A meta-analytic review. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 41(4), 441–455. <https://doi.org/10.1111/1469-7610.00629>

Haynie, D. L. (2002). Friendship networks and delinquency: The relative nature of peer delinquency. *Journal of Quantitative Criminology*, 18(2), 99–134. <https://doi.org/10.1023/A:1015227414929>

Hazama, K., & Katsuta, S. (2016). Cognitive distortions among sexual offenders against women in Japan. *Journal of Interpersonal Violence*. Advance online publication.

Hébert, M., Blais, M., & Lavoie, F. (2017). Prevalence of teen dating victimization among a representative sample of high school students in Quebec. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 17(3), 225–233. <https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2017.06.001>

Hinshaw, S. P. & Lee, S. S. (2003). Conduct and Oppositional Defiant Disorder. In E. J. Mash & R. A. Barkley (Eds.). *Child Psychopathology* (pp.144-198). New York: Guilford Press.

Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. University of California Press.

Hunter, J. A. (1999). Understanding juvenile sex offenders: Research findings and treatment implications. *Juvenile Justice*, 6(1), 21–28

Hunter, J. A. (2000). Understanding juvenile sex offenders: Research findings and guidelines for effective management and treatment. *Juvenile Justice*, 7(1), 21–29.

Hunter, J. A. (2012). Patterns of sexual offending in juveniles and risk factors. In E. J. Ryan, J. A. Hunter, & D. C. Murrie (Eds.), *Juvenile sex offenders: a guide to evaluation and treatment for mental health professionals* (pp. 34-53), New York: Oxford University Press.

Hunter, J. A., Figueredo, A. J., Malamuth, N. M., & Becker, J. V. (2003). Juvenile sex offenders: Toward the development of a typology. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(1), 27–48.
<https://doi.org/10.1177/107906320301500103>

Jespersen, A. F., Lalumière, M. L., & Seto, M. C. (2009). Sexual abuse history among adult sex offenders and non-sex offenders: a meta-analysis. *Child abuse & neglect*, 33(3), 179–192. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.07.004>

Johnson, T. C. (1988). *Child perpetrators – Children who molest: Patterns of sexual behavior*. Holmes Beach, FL: Learning Publications.

Johansson-Love, J., & Fremouw, W. (2009). Female sex offenders: A controlled comparison of offender and victim/crime characteristics. *Journal of Family Violence*, 24(6), 367–376. <https://doi.org/10.1007/s10896-009-9236-5>

Jolliffe, D., & Farrington, D. P. (2004). Empathy and offending: A systematic review and meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 9(5), 441–476. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2003.03.001>

Joyal, C. C., Tardif, M., & Spearson-Goulet, J-A. (2020). Executive functions and social cognition in juveniles who have sexually offended. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 32(2), 179–202.
<https://doi.org/10.1177/1079063218807487>

Kemper, T. S., & Kistner, J. A. (2007). Offense history and recidivism in three victim-age-based groups of juvenile sex offenders. *Sexual Abuse: A Journal of*

<https://doi.org/10.1177/107906320701900406>

Knight, R. A. (2004). Comparisons between juvenile and adult sexual offenders on the multidimensional assessment of sex and aggression. In G. O' Reilly, W. Marshall, A. Carr, & R. Beckett, *The Handbook of Clinical Intervention with People who Sexually Abuse* (pp. 203-233). East Sussex: BrunnerRoutledge.

Knight, R. A., & Sims-Knight, J. E. (2003). The developmental antecedents of sexual coercion against women: Testing alternative hypotheses with structural equation modeling. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 989, 72-85. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.2003.tb07294.x>

Kobak, R., Zajac, K., & Smith, C. (2009). Adolescent attachment and trajectories of hostile-impulsive behavior: implications for the development of personality disorders. *Development and Psychopathology*, 21(3), 839-851. <https://doi.org/10.1017/S0954579409000455>

Latzman, N., Viljoen, J., Scalora, M., & Ullman, D. (2011). Sexual offending in adolescence: a comparison of sibling offenders and nonsibling offenders across domains of risk and treatment need, *Journal of Child Sexual Abuse*, 20(3), 245-263. <https://doi.org/10.1080/10538712.2011.571233>

Le Blanc, M. (2003). La conduite délinquante des adolescents. In M. Le Blanc et al. (Eds.), *Traité de criminologie empirique* (pp. 367–420). Presses de l'Université de Montréal.

Lei n.º 166/99, de 14 de setembro. Lei Tutelar Educativa.

Letourneau, E. & Miner, M. (2005). Juvenile sex offenders: a case against the legal and clinical status quo. *Sexual Abuse: a Journal of Research and Treatment*, 17(3), 293-312. <https://doi.org/10.1177/107906320501700304>

Leventhal, T., & Brooks-Gunn, J. (2000). The neighborhoods they live in: The effects of neighborhood residence on child and adolescent outcomes. *Psychological Bulletin*, 126(2), 309–337. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.126.2.309>

Lindsey, R., Carlozzi, A., & Eells, G. (2001). Differences in the dispositional empathy of juvenile sex offenders, non-sex-offending delinquent juveniles and nondelinquent juveniles. *Journal of Interpersonal Violence*, 16(6), 510-522. <https://doi.org/10.1177/088626001016006002>

Loeber, R., & Leblanc, M. (1990). Toward a developmental criminology. *Crime and Justice: A Review of Research*, 12, 375–473.

Loeber, R., & Farrington, D. P. (2012). *From juvenile delinquency to adult crime: Criminal careers, justice policy, and prevention*. Oxford University Press.

Loeber, R., Farrington, D. P., Stouthamer-Loeber, M., & White, H. R. (2003). *Violence and serious theft: Development and prediction from childhood to adulthood*. Routledge.

Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (1998). Development of juvenile aggression and violence: Some common misconceptions and controversies. *American Psychologist*, 53(2), 242–259. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.53.2.242>

Loeber, R., Farrington, D. P., Stouthamer-Loeber, M., & White, H. R. (2008). Introduction and overview. In R. Loeber, D. P. Farrington, M. Stouthamer-Loeber, & H. R. White (Eds.), *Violence and serious theft: Development and prediction from childhood to adulthood* (pp. 1–24). Routledge.

Lonsway, K. A., & Fitzgerald, L. F. (1994). Rape myths: In review. *Psychology of Women Quarterly*, 18(2), 133–164. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1994.tb00448.x>

Lösel, F. (2012). Protective factors against crime and violence in adolescence. In C. L. Gibson & M. D. Krohn (Eds.), *Handbook of life-course criminology* (pp. 96–109). Springer.

Lösel, F., & Farrington, D. P. (2012). Direct protective and buffering protective factors in the development of youth violence. In D. P. Farrington & B. C. Welsh (Eds.), *The Oxford handbook of crime prevention* (pp. 365–383). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195398823.013.0019>

Lussier, P. & Healey, J. (2010). Searching for the developmental origins of sexual violence: examining the cooccurrence of physical aggression and sexual behaviors in early childhood. *Behavioral Sciences and the Law*, 28(2), 123–141. <https://doi.org/10.1002/bsl.919>

Lussier, P., McCuish, E. C., & Corrado, R. R. (2015). The adolescence and adult onset of sex offending: Findings from a population-based longitudinal study of criminal behavior. *Journal of Criminal Justice*, 43(6), 543–554. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2015.05.005>

Lussier, P., Van den Berg, C., Bijleveld, C., & Hendriks, J. (2012). A developmental taxonomy of juvenile sex offenders for theory, research, and prevention: The adolescent-limited and the high-rate slow desister. *Criminal Justice and Behavior*, 39(12), 1559–1581. <https://doi.org/10.1177/0093854812455739>

Machado, C. (2010). *Delinquência juvenil: Compreender para prevenir*. Edições Universidade Fernando Pessoa.

Magalhães, P. F. (2015). *Jovens agressores sexuais: Estudo comparativo entre agressores individuais e agressores em grupo* [Dissertação de mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro]. Repositório UTAD

Maniglio, R. (2009). The impact of child sexual abuse on health: A systematic review of reviews. *Clinical Psychology Review*, 29(7), 647–657. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2009.08.003>

Maric, M., Heyne, D. A., van Widenfelt, B. M., & Westenberg, P. M. (2011). Distorted cognitive processing in youth: The structure of negative cognitive errors and their associations with anxiety. *Cognitive Therapy and Research*, 35(1), 11–20. <https://doi.org/10.1007/s10608-009-9285-3>

Marshall, W. L. (2001). Adult sexual offenders against women. In C. R. Hollin (Ed.), *Handbook of offender assessment and treatment* (pp. 323–345). John Wiley & Sons.

Marshall, W. L., Hudson, S. M., Jones, R., & Fernandez, Y. M. (1995). Empathy in sex offenders. *Clinical Psychology Review*, 15(2), 99–113. [https://doi.org/10.1016/0272-7358\(95\)00002-7](https://doi.org/10.1016/0272-7358(95)00002-7)

Marshall, W. L., & Marshall, L. E. (2000). The origins of sexual offending. *Trauma, Violence, & Abuse*, 1(3), 250–263. <https://doi.org/10.1177/1524838000001003003>

Martinez-Prather, K., & Vandiver, D. (2014). Sexting among teenagers in the United States: A retrospective analysis of identifying motivating factors, potential targets, and the role of a capable guardian. *International Journal of Cyber Criminology*, 8(1), 21–35

Maruna, S., & Mann, R. E. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive distortions. *Legal and Criminological Psychology*, 11(2), 155–177. <https://doi.org/10.1348/135532506X114608>

Marvasti, A. B. (2014). *Research methods: Unobtrusive measures*. In U. Flick (Ed.), *The SAGE handbook of qualitative data analysis* (pp. 362–377). SAGE.

Mathews, B., & Collin-Vézina, D. (2019). Child sexual abuse: Toward a conceptual model and definition. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(2), 131–148. <https://doi.org/10.1177/1524838017738726>

Maurya, P., & Asthana, H. S. (2019). Role of cognitive distortions in psychological distress among juvenile delinquents. *International Journal of Criminal Justice Sciences*, 14(2), 315–327. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3559351>

McCrary, F. E., Kaufman, K. L., Vasey, M. W., & Komarovskaya, I. (2008). It's all about me: A brief report of incarcerated adolescent sex offenders' generic and sex-specific cognitive distortions. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 20(3), 261–271. <https://doi.org/10.1177/1079063208320249>

McCrary, L. (2012). Empathy and the adolescent sexual offender: An examination of the specificity of empathy deficits and the relationship between empathy and distorted thought. In G. Ryan, T. Leversee, & S. Lane (Eds.), *Juvenile sex offenders: A guide to evaluation and treatment for mental health professionals*. Hoboken, NJ: Wiley.

McCuish, E. C., Lussier, P., & Corrado, R. R. (2012). Criminal careers of juvenile sex and non-sex offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 24(5), 507–527.

McCuish, E. C., Lussier, P., & Corrado, R. R. (2014). Examining antisocial behavioral antecedents of juvenile sexual offenders and juvenile non-sexual offenders. *Child Abuse & Neglect*, 38(8), 1392–1403. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.04.010>

McCuish, E. C., Lussier, P., & Corrado, R. R. (2015). Criminal careers of juvenile sex and non-sex offenders: Evidence from a prospective longitudinal study. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 13(1), 3–25. <https://doi.org/10.1177/1541204014568124>

Mercado, C. C., Alvarez, S., & Levenson, J. S. (2008). The impact of specialized sex offender legislation on community reentry. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 20(2), 188–205. <https://doi.org/10.1177/1079063208317540>

Miner, M. H., Borduin, C. M., & Prescott, D. S. (2006). *Standards of care for juvenile sexual offenders of the International Association for the Treatment of Sexual Offenders*. *Sexual Offender Treatment*, 1(1), 1–7.

Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674–701. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674>

Moffitt, T. E., Arseneault, L., Jaffee, S. R., Kim-Cohen, J., Koenen, K. C., Odgers, C. L., Slutske, W. S., & Viding, E. (2011). A gradient of childhood self-control

predicts health, wealth, and public safety. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 108(7), 2693–2698. <https://doi.org/10.1073/pnas.1010076108>

Moura, J. A. S. (2000). A tutela educativa: Fatores de legitimação e objetivos. *Infância e Juventude*, 4, 9-38.

Mouraz-Lopes, J. (2008). *Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual no Código Penal*. Coimbra: Coimbra Editora.

Negreiros, J. (2008). *Delinquências juvenis: Trajetórias, intervenção e prevenção*. Legis Editora.

O'Reilly, G. & Carr, A. (2004). A review of theoretical models of sexual offending. In G. O' Reilly, W. Marshall, A. Carr, & R. Beckett, *The Handbook of Clinical Intervention with People who Sexually Abuse* (pp. 36-61). East Sussex: BrunnerRoutledge.

Odgers, C. L., Moffitt, T. E., Broadbent, J. M., Dickson, N., Hancox, R. J., Harrington, H., et al. (2008). Female and male antisocial trajectories: From childhood origins to adult outcomes. *Development and Psychopathology*, 20(2), 673–716. <https://doi.org/10.1017/S0954579408000333>

Pagé, C. A., Tourigny, M., & Renaud, P. (2010). A comparative analysis of youth sex offenders and non-offender peers: Is there a difference in their coping strategies? *Sexologies*, 19(2), 78–86. <https://doi.org/10.1016/j.sexol.2009.11.002>

Pechorro, P., Gama, A. P., Guerreiro, M. M., Marôco, J., & Gonçalves, R. A. (2013). Delinquência juvenil no feminino: Um estudo comparativo de raparigas institucionalizadas. *Análise Psicológica*, 31(3), 283–294. <https://doi.org/10.14417/ap.725>

Pechorro, P., Marôco, J., Poiares, C., & Vieira, R. X. (2013a). Psychometric properties of the Portuguese version of the Antisocial Process Screening Device self-report among incarcerated juvenile delinquents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 57(3), 387–403.

Pepler, D. J., Jiang, D., Craig, W. M., & Connolly, J. (2010). Developmental trajectories of girls and boys delinquency and associated problems. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 38(7), 1033-1044. <https://doi.org/10.1007/s10802-010-9389-y>

Pereira, D. M. S. (2015). *Características de jovens agressores sexuais: Especialistas vs. generalistas* [Dissertação de mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro]. Repositório UTAD.

Pullman, L. E., Leroux, E. J., Motayne, G., & Seto, M. C. (2014). Examining the developmental trajectories of adolescent sexual offenders. *Child Abuse & Neglect*, 38(7), 1249–1258. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.03.003>

Quinsey, V. L., Skilling, T. A., Lalumière, M. L., & Craig, W. M. (2004). *Juvenile delinquency: Understanding individual differences*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10623-000>

Rathi, N., & Dhariwal, E. (2021). Family ties, broken paths: Understanding the roots of juvenile delinquency. *Journal on the Rights of the Child of National Law University Odisha*, 6(1), 68-88.

Reitzel, L. R., & Carbonell, J. L. (2006). The effectiveness of sexual offender treatment for juveniles as measured by recidivism: a meta-analysis. *Sexual abuse: a journal of research and treatment*, 18(4), 401–421. <https://doi.org/10.1177/107906320601800407>

Relatório Anual de Segurança Interna (RASI). (2024). *Relatório Anual de Segurança Interna 2024*. Ministério da Administração Interna.

Rich, P. (2003). The juvenile sexual offender: commonalities and characteristics. In P. Rich, *Juvenile Sexual Offenders: understanding, assessing and rehabilitating* (pp. 38-57). New Jersey: Wiley.

Rich, P. (2009). *Juvenile Sexual Offenders: a Comprehensive Guide to Risk Evaluation*. New Jersey: Wiley.

Rich, P. (2011). *Understanding, assessing, and rehabilitating juvenile sexual offenders* (2nd ed.). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Ronis, S. T., & Borduin, C. M. (2007). Individual, family, peer, and academic characteristics of male juvenile sexual offenders. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 35(1), 153-163. <https://doi.org/10.1007/s10802-006-9058-3>

Rothchild, S. (1996). Beyond incarceration: juvenile sex offender treatment programs offer youth a second chance. *Journal of Law and Policy*, 4(2), 719.

Ryan, G. (2006). *Juvenile sexual offending: Causes, consequences, and correction* (3rd ed.). Wiley.

Ryan, E. P. (2012). Changing perceptions of juvenile sexual offending in society and the legal system. In E. J. Ryan, J. A. Hunter, & D. C. Murrie (Eds.), *Juvenile sex offenders: a guide to evaluation and treatment for mental health professionals* (pp. 1-20), New York: Oxford University Press.

Ryan, E. P., & Otonichar, J. M. (2016). Juvenile sex offenders. *Current Psychiatry Reports*, 18(7), 67. <https://doi.org/10.1007/s11920-016-0706-1>

Ryan, G. (2010). Sexually abusive youth: defining the problem and the population. In G. Ryan, T. Leversee, & S. Lane (Eds.) *Juvenile Sexual Offending: Causes, Consequences and Correction*. New Jersey: Wiley.

Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American Psychologist*, 55(1), 68–78. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.1.68>

Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1993). *Crime in the making: Pathways and turning points through life*. Harvard University Press.

Sapmaz, F. (2023). Relationships between cognitive distortions and adolescent well-being: The mediating role of psychological resilience and moderating role of gender. *International Journal of Psychology and Educational Studies*, 10(1), 83–97. <https://doi.org/10.52380/ijpes.2023.10.1.866>

Seto, M. C. (2008). *Pedophilia and sexual offending against children: Theory, assessment, and intervention*. Washington, DC: American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/11639-000>

Seto, M. C. & Lalumière, M. (2006). Conduct problems and juvenile sexual offending. In H. Barbaree & W. Marshall (Eds.). *The Juvenile Sex Offender* (pp. 166–188). New York: Guilford.

Seto, M. C. & Lalumière, M. L. (2010). What is so special about male adolescent sexual offending? A review and test of explanations through metaanalysis. *Psychological Bulletin*, 136, 526–575. <https://doi.org/10.1037/a0019700>

Siria, S., Echeburúa, E., & Amor, P. J. (2006). Characteristics and risk factors in juvenile sexual offenders. *Psicothema*, 32(3), 314–321. <https://doi.org/10.7334/psicothema2019.349>

Small, S., & Memmo, M. (2004). Contemporary models of youth development. *Family Relations*, 53(1), 3–11. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2004.00002.x>

Smallbone, S. (2005). Attachment insecurity as a predisposing and precipitating factor for sexually abusive behaviour by young people. In M. Calder (Eds.), *Children and young people who sexually abuse: new theory, research and practice developments* (pp. 6–18). Dorset: RHP.

Smallbone, S., & Cale, J. (2015). An integrated life-course developmental theory of sexual offending. In A. R. Piquero (Ed.), *The Wiley handbook of*

criminological theory (pp. 362–382). Wiley-Blackwell.
<https://doi.org/10.1002/9781118314630.ch3>

Smallbone, S., & Dadds, M. R. (2000). Attachment and coercive sexual behavior. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 12(1), 3–15.
<https://doi.org/10.1177/107906320001200102>

Smallbone, S., Marshall, W. L., & Wortley, R. (2008). *Preventing child sexual abuse: Evidence, policy and practice*. Cullompton: Willan Publishing.

Smallbone, S., & Wortley, R. (2001). Child sexual abuse: Offender characteristics and modus operandi. *Trends and Issues in Crime and Criminal Justice*, 193, 1–6.

Smallbone, S., & Wortley, R. (2004). *Child sexual abuse: Offender characteristics and modus operandi*. Australian Institute of Criminology.

Smith, C. A., Thornberry, T. P., Rivera, C., Huizinga, D., & Loeber, R. (2004). Family and peer influences on juvenile offending. In R. D. Hoge, N. W. Guerra, & P. Boxer (Eds.), *Treating the juvenile offender* (pp. 218–244). Guilford Press.

Sofaer S. (1999). Qualitative methods: what are they and why use them?. *Health services research*, 34(5 Pt 2), 1101–1118.

Steinberg, L. (2014). *Age of opportunity: Lessons from the new science of adolescence*. Houghton Mifflin Harcourt.

Thornberry, T. P., Krohn, M. D., Lizotte, A. J., Smith, C. A., & Tobin, K. (2003). *Gangs and delinquency in developmental perspective*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511499517>

Timmerman, M. C., & Schreuder, P. R. (2014). Sexual abuse of children and youth in residential care: An international review. *Aggression and Violent Behavior*, 19(6), 715–720. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2014.09.001>

Tricket, P. K., Noll, J. G., & Putnam, F. W. (2011). The impact of sexual abuse on female development: Lessons from a multigenerational, longitudinal research study. *Development and Psychopathology*, 23(2), 453–476.
<https://doi.org/10.1017/S0954579411000174>

van Wijk, A., Vermeiren, R., Loeber, R., HartKerkhoffs, L., Doreleijers, Th., & Bullens, R. (2006). Juvenile Sex Offenders Compared to Non-Sex Offenders: A review of the literature 1995-2005. *Trauma, Violence, & Abuse*, 7(3), 227-243.
<https://doi.org/10.1177/1524838006292519>

Varker, T. & Devilly, G. (2007). Types of empathy and adolescent sexual offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 13(2), 139-149. <https://doi.org/10.1080/13552600701661573>

Varker, T., Devilly, G., Ward, T., & Beech, A. (2008). Empathy and adolescent sexual offenders: a review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 13(4), 251-260. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2008.03.006>

Veneziano, C., & Veneziano, L. (2002). Adolescent sex offenders: A review of the literature. *Trauma, Violence, & Abuse*, 3(4), 247-260. <https://doi.org/10.1177/1524838002237329>

Vitaro, F., Brendgen, M., & Tremblay, R. E. (2000). Influence of deviant friends on delinquency: searching for moderator variables. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 28(4), 313-325. <https://doi.org/10.1023/a:1005188108461>

Wallinius, M., Johansson, P., Larden, M., & Dernevik, M. (2011). Self-serving cognitive distortions and antisocial behavior among adolescents. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 21(5), 265-276. <https://doi.org/10.1177/0093854810396139>

Walters, G. D. (2020). Prosocial peers as risk, protective, and promotive factors for the prevention of delinquency and drug use. *Journal of Youth and Adolescence*, 49(3), 618-630. <https://doi.org/10.1007/s10964-019-01058-3>

Ward, T. & Beech, A. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 11(5), 44-63. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.05.002>

Ward, T., & Casey, A. (2010). Extending the mind into the world: A new theory of cognitive distortions in sex offenders. *Aggression and Violent Behavior*, 15(1), 49-58. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2009.08.002>

Ward, T., & Siegert, R. J. (2002). Toward a comprehensive theory of child sexual abuse: A theory knitting perspective. *Psychology, Crime, and Law*, 8(4), 319-351. <https://doi.org/10.1080/10683160208401823>

Warner, K., & Bartels, L. (2015). Juvenile sex offending: Its prevalence and the criminal justice response. *UNSW Law Journal*, 38(1), 48-75.

Warr, M. (2002). *Companions in crime: The social aspects of criminal conduct*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511803956>

Whittaker, M., Brown, J., Beckett, R., & Gerhold, C. (2006). Sexual knowledge and empathy: a comparison of adolescent child molesters and nonoffending

adolescents. *Journal of Sexual Aggression*, 12(2), 143-154.
<https://doi.org/10.1080/13552600600823621>

Worling, J. (1995). Sexual abuse histories of adolescent male sex offenders: differences on the basis of the age and the gender of their victims. *Journal of Abnormal Psychology*, 104(4), 610-613. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.104.4.610>

Worling, J. (2001). Personality-based typologies of adolescent male sexual offenders: Differences in recidivism rates, victim-selection characteristics, and personal victimization histories. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 13(3), 149–166. <https://doi.org/10.1177/107906320101300301>

Worling, J., & Curwen, T. (2000). Adolescent sexual offender recidivism: Success of specialized treatment and implications for risk prediction. *Child Abuse & Neglect*, 24(7), 965–982. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00147-2](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00147-2)

Worling, J. & Langstrom, N. (2006). Risk of sexual recidivism in adolescent who offend sexually: correlates and assessment. In H. Barbaree & W. Marshall (Eds.). *The Juvenile Sex Offender* (pp. 219-247). New York: Guilford.

Wurtele, S. K., & Kenny, M. C. (2010). Partnering with parents to prevent childhood sexual abuse. *Child Abuse Review*, 19(2), 130–152. <https://doi.org/10.1002/car.1112>

Zimring, F. E., Piquero, A. R., & Jennings, W. G. (2007). Sexual delinquency in Racine: Does early sex offending predict later sex offending in youth and young adulthood? *Criminology & Public Policy*, 6(3), 507–534. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2007.00451.x>

Anexos

Grelha de análise dos dados

Dados pessoais/sociodemográficos	Idade	
	Género	
	Área de residência	
	Habilitações literárias	
	Profissão/Ocupação	
	Agregado familiar	
	Passatempos	
Experiências prévias	Histórico/Percorso escolar	Aproveitamento
		Retenções
	Contacto com instituições	Comportamento/Atitudes
		(CPCJ) Processo de Promoção e Proteção / (Tribunal) Processo Tutelar Educativo (medidas)
	Comportamentos delinquentes	Centros de Acolhimento
		Da mesma natureza
		De diferente natureza
Reiterados/Continuados		
	Consumos de substâncias psicoativas	
Contexto social e pessoal	Relações interpessoais	Grupo de pares
		Relação com os progenitores
	Características psicoemocionais e comportamentais	Vinculação
		Impulsividade
		Agressividade
		Autocontrolo
		Irritabilidade
	Autoconceito	
	Contexto familiar	
	Contexto comunitário/social	

Ofensa	Tipo de ofensa	Características da ofensa
		Nº de ofensores
	Medida aplicada	
	Tratamento	
	Denúncia/Descoberta/Revelação	
	Localização	Temporal
		Espacial
	Ofensor	Percepção/Compreensão do ato
		Percepção quanto à vítima
		Consequências/Impactos
	Vítima	Idade
		Gênero
		Relação com o ofensor
		Consequências/Impactos
Pensamentos e Sentimentos	Estereótipos	
	Distorções cognitivas / Racionalizações	
	Moralidade	
	Arrependimento	
	Ressonância afetiva	
	Empatia	
Pós-tratamento/Projeção no Futuro	Projeto de vida	
	Mudanças / Projetos para o futuro	